Teoria da História de Vida Organizacional: Psicopatia, Crimes do Colarinho-Branco e as Organizações

Organizational Life History Theory: Psychopathy, White-Collar Crimes and Organizations Analyzed Through Evolutionary Psychology

Teoría Organizacional de la Historia de Vida: Psicopatía, Delitos de Cuello Blanco y Organizaciones

Ensaio Teórico

Rodrigo Prado Pereira[1]
https://orcid.org/0009-0005-8131-5104
E-mail: rodrigo.rpp.1979@gmail.com

Pedro Afonso Cortez[2]
https://orcid.org/0000-0003-0107-2033
E-mail: cor.afonso@gmail.com

[1] Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Curitiba, PR, Brasil

[1] Delegacia de Combate à Corrupção e Crimes Financeiros (DELECOR), Superintendência de Polícia Federal no Estado do Paraná, Departamento de Polícia Federal (PF), Brasil

[2] Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil

Editora responsável:
Mary Sandra Carlotto

Como citar esse artigo:
Pereira, R. P., & Cortez, P. A. (2025). Teoria da História de Vida Organizacional: Psicopatia, Crimes do Colarinho-Branco e as Organizações. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 25*, e26030. https://doi.org/10.5935/rpot/2025.26030port

CC BY 4.0

Resumo: Este artigo apresenta a Teoria da História de Vida Organizacional (THV-O) elaborada a partir do aprofundamento das complexas correlações sistêmicas entre a manifestação dos traços de personalidade psicopáticos, os crimes do colarinho-branco e o comportamento das organizações empresariais sob a perspectiva da psicologia evolucionista. A manifestação dos traços de psicopatia é analisada como uma estratégia adaptativa evolutiva que indivíduos utilizam para garantir a sua sobrevivência. Discute-se sobre a atuação das organizações, quando inseridas em ambientes de muita competitividade, que podem atuar no sentido de ativar traços de personalidade psicopática em seus colaboradores para atingirem seus objetivos de lucro e resultados. Os crimes do colarinho branco podem ser o resultado da manifestação de traços psicopáticos no ambiente corporativo. Compreender as manifestações subclínicas da psicopatia nas organizações pode esclarecer padrões de corrupção, fraude e abuso sistêmico que impactam diretamente os setores público e privado.
Palavras-chave: psicopatia, comportamento desviante, lavagem de dinheiro, crimes financeiros, organizações.

Abstract: This article presents the Organizational Life History Theory (LHT-O), developed from an in-depth exploration of the complex systemic correlations between the manifestation of psychopathic personality traits, white-collar crimes, and the behavior of business organizations from the perspective of evolutionary psychology. The manifestation of psychopathic traits is analyzed as an evolutionary adaptive strategy used by individuals to ensure their survival. The discussion addresses how organizations, when operating in highly competitive environments, may act in ways that activate psychopathic personality traits in their employees in order to achieve profit and performance goals. White-collar crimes may result from the manifestation of psychopathic traits within the corporate environment. Understanding the subclinical manifestations of psychopathy in organizations may illuminate patterns of corruption, fraud, and systemic abuse that directly impact the public and private sectors.
Keywords: psychopathy, deviant behavior, money laundering, financial crimes, organizations.

Resumen: Este artículo presenta la Teoría de la Historia de Vida Organizacional (THV-O), elaborada a partir del análisis profundo de las complejas correlaciones sistémicas entre la manifestación de los rasgos de personalidad psicopáticos, los delitos de cuello blanco y el comportamiento de las organizaciones empresariales desde la perspectiva de la psicología evolucionista. La manifestación de rasgos de psicopatía se analiza como una estrategia adaptativa evolutiva que los individuos utilizan para garantizar su supervivencia. Se discute cómo las organizaciones, al operar en entornos de alta competitividad, pueden actuar de forma que activen rasgos de personalidad psicopática en sus empleados para alcanzar sus objetivos de lucro y resultados. Los delitos de cuello blanco pueden ser el resultado de la manifestación de rasgos psicopáticos en el entorno corporativo. Comprender las manifestaciones subclínicas de la psicopatía en las organizaciones puede esclarecer patrones de corrupción, fraude y abuso sistémico que afectan directamente a los sectores público y privado.
Palabras clave: psicopatía, comportamiento desviado, lavado de dinero, delitos financieros, organizaciones.

Introdução

A personalidade se refere aos padrões característicos de pensamento, sentimento e ação de um indivíduo, manifesta-se de forma ampla por meio de componentes cognitivos, afetivos, interpessoais e comportamentais, além de ser responsável por padrões comportamentais ao longo do tempo e das situações (Bleidorn et al., 2019; Bleidorn et al., 2022; Lynam et al., 2018). Ela se desenvolve ao longo do tempo, tornando-se relativamente estável na fase adulta, entretanto, influências externas podem levar a mudanças nos traços de personalidade à medida em que eles modificam as trajetórias de vida das pessoas, alterando seus padrões relativamente estáveis de pensamentos, sentimentos e comportamentos (Bleidorn et al., 2024). Os indivíduos tendem a selecionar papéis sociais que para eles pareçam servir ao seu funcionamento disposicional, ou seja, pessoas buscariam um ambiente que facilita a continuidade do seu padrão de funcionamento ao longo do tempo (Costa et al., 2019; Lou et al., 2022; Pires et al., 2024).

Sob o ponto de vista da Psicologia Evolucionista, os traços de personalidade são resultado da relação entre fatores genéticos e ambientais (sociais e culturais) ao longo do tempo e não são fixos, podendo mudar de acordo com as demandas do ambiente e as pressões seletivas enfrentadas por um indivíduo em contextos diferentes (Bleidorn et al., 2024; Buss, 2019; Pires et al., 2024). Fatores genéticos e ambientais não são componentes estáticos cujas influências relativas permanecem estáveis ao longo do tempo, mas são recursos dinâmicos cujas interações dependem do contexto de desenvolvimento (Maung, 2021). Um exemplo prático seria um ambiente que está com escassez de recursos, como alimentos, por exemplo, que vai favorecer um traço de personalidade que assume riscos, atribuindo vantagem competitiva àqueles que se aventuram amplamente em busca de comida, evitando a fome. Entretanto, em tempos de abundância de alimentos, a seleção favorecerá um traço de personalidade mais cauteloso que busca reduzir o risco de se aventurar indiscriminadamente no ambiente. Essas variações do nível ideal podem criar diferenças individuais hereditárias na personalidade (Larsen & Buss, 2021).

A Psicologia Evolucionista é uma abordagem que utiliza pressupostos adaptacionistas para investigar a mente e o comportamento humano, distinguindo-se do determinismo biológico ao integrar a influência da cultura e do ambiente social com predisposições evolutivas. Em vez de se restringir à identificação de adaptações específicas, a Psicologia Evolucionista também considera os subprodutos e resíduos históricos de processos seletivos, enfatizando a importância de uma análise interdisciplinar para compreender os mecanismos imediatos, o desenvolvimento ontogenético, o valor adaptativo e a história filogenética de comportamentos e traços humanos (Yamamoto & Valentova, 2018). De acordo com Buss (2019), a Psicologia Evolucionista concentra-se nos mecanismos psicológicos da mente humana e no processo de evolução das adaptações no processamento de informações, e principalmente na forma como esses mecanismos são ativados e os comportamentos são gerados por correlação. Esses mecanismos apresentam as seguintes propriedades: (i) existem com o objetivo de resolver um problema específico de sobrevivência ou reprodução, (ii) são projetados para determinado acionamento pontual e não amplo, (iii) são acionados por meio da percepção cognitiva, (iv) são processados internamente na forma de correlacionar-se com um problema adaptativo a ser enfrentado, (v) regras de decisão são acionadas, (vi) um comportamento é manifestado e (vii) esse comportamento é direcionado para solucionar um problema adaptativo.

Esses modelos teóricos sugerem que a origem da personalidade derivaria da evolução da espécie humana, pois seria o produto da interação entre um ambiente sob modificação constante e um organismo em mudança (*inato versus adquirido*) (Dåderman & Basinska, 2021; Penke & Jokela, 2016; Penke et al., 2007). As modificações dos organismos seriam basicamente resultado da *teoria da seleção natural* e da *teoria da seleção sexual*, as quais em síntese sustentam que as premissas básicas dos organismos seriam sobreviver e reproduzir-se, transmitindo parcialmente suas cópias genéticas (Buss, 2019). A *teoria da seleção natural* de Charles Darwin (1871/2009) descreve que os organismos sofrem variações que, se adequadas ao ambiente externo, seriam transmitidas aos seus descendentes por meio das gerações, permitindo maior sucesso reprodutivo, o que, a longo prazo, selecionaria essas variações para permanecerem ao invés de outras, principalmente pelo seu diferencial competitivo. A *teoria da seleção sexual* (Darwin, 1871/2009) descrevia que algumas adaptações evolutivas propiciavam acasalamentos mais bem-sucedidos, auxiliando tanto na competição intrassexual quanto intersexual (Larsen & Buss, 2021). Basicamente os organismos buscam estratégias para sobreviver e para se reproduzir, e as estratégias mais eficientes vão deixar mais descendentes, aumentando as chances de que estas estratégias e adaptações evolutivas sejam transmitidas às suas gerações futuras (Buss, 2019).

Desta forma, as estruturas individuais de personalidade possuem algumas explicações do ponto de vista da psicologia evolucionista, destacando que seriam o resultado das diferenças ambientais que atuam em mecanismos psicológicos da espécie humana (Larsen & Buss, 2021; Međedović, 2025; Penke et al., 2007). Algumas diferenças podem surgir a partir de *contingências entre características*, pois a expressão/manifestação da característica pode depender não somente do ambiente, mas também de características genéticas do indivíduo, ilustrando da seguinte forma: a vantagem competitiva que um indivíduo com temperamento explosivo manifesta vai ser diferente

se ele for grande e forte ou se ele for pequeno e fraco (Bouchard & Loehlin, 2001). Destaca-se também a teoria da *seleção dependente da frequência,* que define que o retorno de cada estratégia adaptativa diminui à medida que a sua frequência aumenta em relação às outras estratégias na população, levando em consideração o contexto social e ecológico mais amplo (Ayala & Campbell, 1974; Buss, 2009; Glenn et al., 2011). A vantagem adaptativa de uma característica individual será correlacionada inversamente com a saturação desta no ambiente em que o organismo está inserido. Um exemplo seriam as estratégias de acasalamento e sua frequência de utilização pelos outros membros do grupo: quando todos compartilham da mesma estratégia, sua eficiência cai consideravelmente (Gangestad & Thornhill, 2008; Larsen & Buss, 2021; Smith, 1982).

Finalmente, uma das possíveis variações das diferenças individuais da personalidade pode ser influenciada pelo *nível ótimo de um traço de personalidade*, a qual pode variar ao longo do tempo e espaço, ou seja, um traço pode ser vantajoso em determinado ambiente, porém, pode perder toda sua vantagem adaptativa em outro (Garland Jr et al., 2021; Parker & Smith, 1990; Veller et al., 2016). Os traços de personalidade se desenvolvem ao longo do ciclo de vida, adquirindo uma estabilidade em determinada fase da vida adulta (Bleidorn, 2024; Bleidorn et al., 2019) e os indivíduos buscariam um ambiente que facilite a continuidade do seu padrão de funcionamento ao longo do tempo. Entretanto, a partir de pressões ambientais, alguns ajustes podem ser feitos pelas pessoas (Graham & Lachman, 2014), explicados principalmente pela modelação do funcionamento entre o indivíduo e o ambiente. Essas mudanças na personalidade são uma resposta aos eventos significativos e funcionam como sistemas abertos capazes de realizar ajustes e adequações em seu funcionamento, sempre que necessário durante todo o ciclo de vida (Pires et al., 2024).

Altruísmo Explicado pela Psicologia Evolucionista

A importância do altruísmo para a evolução da espécie humana transcende uma mera questão de comportamento antissocial (Bramoullé & Kranton, 2024; Ge et al., 2012; Oda & Matsumoto-Oda, 2022; Smirnov, 2025; Wu et al., 2024). O altruísmo está diretamente correlacionado com as alianças cooperativas e a capacidade do ser humano em se organizar em grupos, permitindo que a sinergia e o compartilhamento de recursos possam maximizar a sobrevivência e a reprodução dos membros do grupo (Trivers, 1971). De acordo com as teorias da psicologia evolucionista, o indivíduo utiliza o comportamento altruísta como estratégia adaptativa evolutiva para obter acesso a recursos que não estariam disponíveis diretamente (Buss, 2019; Hertler et al., 2018; Pfattheicher et al., 2022). As alternativas que restam ao indivíduo que se demonstra incapaz de desenvolver o altruísmo ou as alianças cooperativas são a trapaça ou a agressão (Ashton et al., 2014; Glenn et al., 2011; Hamilton, 1964; Trivers, 1971; Wilson, 2000).

Uma das teorias que sustenta essa hipótese é a *seleção multinível* (Darwin, 1871/2009; Williams, 1966), que indica que alguns dos nossos traços de personalidade são pouco úteis individualmente, mas significativamente importantes para o grupo. Um grupo composto por integrantes corajosos, compreensivos e leais, que estejam sempre dispostos a se defender e a trabalhar de forma colaborativa em prol de objetivos coletivos, em vez de interesses individuais, terá maior chance de sucesso ao competir com outro grupo em condições similares pela disputa de recursos. Pessoas egoístas e contenciosas não se unirão, e sem união, nada pode ser realizado (Darwin, 1871/2009). A teoria da seleção de grupo apresenta o conceito de seleção multinível, destacando que existe a seleção intragrupo e intergrupo: os indivíduos membros do grupo competem entre si pela disputa de recursos e possibilidades de reprodução (intragrupo), entretanto, quando a competição entre grupos é iminente (intergrupos), os membros não têm outra escolha que não se unirem e competirem como um todo, unindo forças em sinergia (Sober & Wilson, 2011). Dessa forma, uma das mais importantes forças da natureza é a cooperação humana, a qual pode ser usada para a construção ou a destruição (Haidt, 2012).

Entretanto, para que o altruísmo recíproco pudesse evoluir, os humanos desenvolveram mecanismos para detectar e evitar os trapaceiros, e concentram-se em cinco capacidades cognitivas (Buss, 2019; Xia et al., 2023): (i) capacidade apurada de reconhecer o rosto dos humanos (Axelrod & Hamilton, 1981; Wedekind, 2000; Wilmer, 2017), (ii) capacidade de lembrar histórias de interações com diferentes indivíduos (Buss, 2019; Klein, 2024), (iii) capacidade de comunicar os próprios valores aos outros, inclusive o aprimoramento da linguagem, das expressões emocionais e comportamentos não-verbais (Waal, 2005), (iv) capacidade de modelar os valores dos outros, identificando os recursos que outros indivíduos necessitam para poder oferecê-los (White & Burton, 2022; Wegrzyn et al., 2017), e (v) capacidade de conceituar os custos e benefícios de trocas de qualquer recurso (Cosmides & Tooby, 1989; 1992; Tramacere & Mafessoni, 2024). Destaca ainda que essas capacidades evoluíram no sentido de serem aprimoradas para detectar trapaceiros que obtiveram benefícios sem pagar o custo em situações de trocas sociais, identificando inclusive evidências empíricas que os humanos detectam melhor rostos de trapaceiros conhecidos do que de cooperadores conhecidos (Keven, 2024; King et al., 2017; Kroneisen, 2023; Mealey et al., 1996).

A psicologia evolucionista sugere que os organismos que não conseguem utilizar as estratégias altruístas para o compartilhamento de recursos e maximizar sua capacidade de sobreviver e deixar descendentes ficam vulneráveis a duas estratégias residuais: a trapaça ou a agressão – *cheater* -

hawk strategy (Buss, 2019; Keven, 2024; King et al., 2017; Kroneisen, 2023; Zeigler-Hill & Young, 2024). Quem falha em desenvolver a cooperação em grupo inevitavelmente utilizará uma dessas duas estratégias para acessar recursos que não estejam diretamente disponíveis (Larsen & Buss, 2021; Melis & Raihani, 2023). Tanto a trapaça quanto a agressão ou violência física são grandes fontes de sofrimento social, e a humanidade vem desenvolvendo regras para que esse comportamento do indivíduo em sociedade seja controlado (Furnham et al., 2013; Paulhus, 2014).

A Manifestação dos Traços de Psicopatia como Estratégia de Sobrevivência

Psicopatia é um transtorno de personalidade multidimensional que se manifesta como uma constelação de comportamentos socialmente indesejáveis, evidentes nos domínios interpessoal, afetivo e cognitivo, envolvendo, entre outros fatores, impulsividade, busca por sensações, falta de remorso, falta de empatia, manipulação e dominância social (Alho et al., 2022; Hare, 2022; Lilienfeld, 2022; Rodríguez et al., 2018). O foco da análise desse constructo considera que a manifestação desses traços de personalidade psicopática é capaz de produzir sofrimento social, pois consistem em padrões duradouros de experiência e comportamento que se desviam marcadamente das normas e expectativas do grupo social do indivíduo, levando ao sofrimento tanto da própria pessoa quanto daqueles ao seu redor (Farrington & Bergstrøm, 2022; Hare, 1999; Larsen & Buss, 2021).

A psicopatia pode ser entendida como um padrão particular de personalidade, uma vez que todas as definições de traços psicopáticos se referem a traços de personalidade. Das 16 características atribuídas à psicopatia por Cleckley (1941/1988), dez podem ser consideradas traços de personalidade, enquanto as seis restantes referem-se a comportamentos ou estados mais específicos, influenciados por disposições de personalidade - por exemplo, comportamento antissocial inadequadamente motivado, raras tentativas de suicídio e uma vida sexual impessoal, trivial e pouco integrada. A ciência tem se afastado de uma visão taxonômica/tipológica do constructo em favor de uma perspectiva dimensional, que abrange toda a sua multidimensionalidade como um espectro. Propõe-se que não há uma divisão estrita entre "psicopatas" e "não psicopatas", mas sim indivíduos que podem manifestar graus maiores ou menores de traços de personalidade associados ao constructo (Nowakowski, 2022).

A percepção do constructo da psicopatia seguiu caminhos controversos e estereotipados, com o termo historicamente utilizado para descrever o que hoje se entende serem transtornos distintos, ao longo de uma trajetória marcada por rótulos diagnósticos mutáveis e incertos (Hare, 2022). No início do século XIX, o trabalho de Philippe Pinel introduziu o termo "*mania sem delírio*" para descrever pacientes que apresentavam comportamentos extremamente violentos, mas tinham uma compreensão clara de suas ações (Pinel, 1801/1962). Nas décadas seguintes, pesquisadores como Benjamin Rush (1812), James Cowles Prichard (1835), Julius Ludwig August Koch (1891), Henry Maudsley (1897), Richard von Krafft-Ebing (1904) e Emil Kraepelin (1915) publicaram trabalhos científicos que vinculavam de forma determinista o transtorno à insanidade moral, perversão, imbecilidade, depravação moral, defeito de personalidade e comportamento criminoso (Arrigo & Shipley, 2001).

Em 1941, Cleckley rompeu com essa tradição ao publicar *The Mask of Sanity*, no qual descreveu indivíduos com traços psicopáticos que são capazes de manter uma aparência externa que os faz parecer "normais" e funcionais para leigos, incluindo aqueles com carreiras financeiramente bem-sucedidas e às vezes chegando ao ponto de serem personalidades admiradas (Cleckley, 1941/1988; Mathieu, 2022). Pela primeira vez, o foco se afastou da criminalidade, introduzindo a ideia de que há diferenças na manifestação dos traços, dando início, assim, a uma visão dimensional do constructo. Essas hipóteses foram posteriormente fortalecidas pelas pesquisas de Robert Hare, que propôs um modelo correlacionado de dois fatores: Fator 1 (Interpessoal/Afetivo) e Fator 2 (Estilo de Vida/Antissocial) (Hare, 2003).

O modelo teórico de dois fatores de Hare (1991) descreve traços e comportamentos como loquacidade, charme superficial, senso grandioso de autovalor, mentira patológica, comportamento enganador/manipulador, falta de remorso ou culpa, afeto superficial, insensibilidade e falta de empatia, falha em aceitar responsabilidade pelas próprias ações, necessidade de estimulação, estilo de vida parasitário, falta de metas realistas de longo prazo, impulsividade e irresponsabilidade, baixo controle comportamental, problemas comportamentais precoces, delinquência juvenil e versatilidade criminal (Hare, 1999). Pesquisas adicionais utilizando os instrumentos psicométricos de Hare, como a *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R) (Hare, 1991), identificaram três classes latentes dentro do constructo. Essas classes descrevem, respectivamente, indivíduos com altos traços de psicopatia que: (i) dependem de manipulação e fraude, (ii) envolvem-se em agressão e força física e (iii) se enquadram nas definições de transtorno de personalidade antissocial (Hare, 2020). Embora o modelo teórico de Hare tenha mantido uma visão taxonômica, ele simultaneamente forneceu ferramentas empíricas que sustentaram a proposição anterior de Cleckley, de que os indivíduos que manifestam esses traços diferem entre si e não podem ser tratados de forma categórica - especialmente ao demonstrar que os indivíduos que pontuam alto no Fator 1 (interpessoal/afetivo) expressam seus traços de personalidade psicopática de maneira diferente daqueles que pontuam alto no Fator 2 (estilo de vida/antissocial) (Mokros et al., 2015).

O modelo teórico de dois fatores proposto por Levenson et al. (1995) descreve a manifestação da psicopatia em termos de psicopatia primária e secundária. A psicopatia primária é caracterizada por traços como egoísmo, falta de empatia, manipulação e um estilo interpessoal indiferente, enquanto a psicopatia secundária é marcada por impulsividade, instabilidade emocional, comportamentos autodestrutivos e altos níveis de ansiedade e emoções negativas. A *Levenson Self-Report Psychopathy Scale* (Anestis et al., 2017; Levenson et al., 1995; Rodríguez et al., 2018) foi um dos primeiros instrumentos de autorrelato desenvolvidos para avaliar a psicopatia em amostras não institucionalizadas.

Evidências sugerem que o constructo da psicopatia deve ser tratado como uma questão de saúde e não meramente como um problema criminal ou antissocial, a fim de evitar estereótipos científicos e democratizar as agendas de pesquisa (Tamatea, 2022). A manifestação dos traços psicopáticos é influenciada por fatores genéticos, sociais, familiares, neurobiológicos, cognitivos e ambientais (Alho et al., 2022), com pesquisas destacando que um indivíduo pode exibir tais traços em um ambiente, mas não em outro (Ene et al., 2022; Krupp et al., 2013; Paulhus, 2014; Nowakowski, 2022). Fatores ambientais são considerados significativos na análise da expressão dos traços psicopáticos, pois as evidências indicam que indivíduos com predisposição genética para esses traços só os desenvolverão em ambientes desfavorecidos (Alho et al., 2022), e que o desenvolvimento desses traços durante a infância está intimamente relacionado ao contexto ambiental em que a criança é criada (Nentjes et al., 2022).

Considerando que essa constelação de traços de personalidade socialmente indesejáveis não se enquadra em uma lista fixa ou exaustiva e que, devido à sua multidimensionalidade, pode se manifestar em configurações que dificultam comparações lineares entre indivíduos, as pesquisas futuras devem evitar o erro de abordar o constructo de forma isolada (Lilienfeld, 2022). As baixas correlações entre os instrumentos psicométricos utilizados para avaliar os traços de psicopatia decorrem, em parte, da preferência por descrever esses fenômenos como desvios comportamentais, em vez de como medidas das principais características afetivas e interpessoais da psicopatia (Sellbom et al., 2018). O avanço do conhecimento nesta área requer um aprofundamento do fenômeno, especialmente por meio de suas manifestações subclínicas, pois as evidências empíricas sugerem que traços, sintomas e comportamentos psicopáticos podem ser adaptativos para garantir a sobrevivência humana e genética (Buss, 2019; Del Giudice, 2014; Ene et al., 2022; Farrington & Bergstrøm, 2022; Glenn et al., 2011; Kowalski et al., 2021; McCuish et al., 2022; Silva et al., 2015).

A manifestação dos traços de psicopatia vem sendo amplamente estudada dentro da psicologia durante as últimas décadas (Hare, 2022). Entretanto, as recentes constatações científicas no sentido da multidimensionalidade desse constructo (Nowakowski, 2022), as quais correlacionam como precursores tanto os fatores genéticos e biológicos quanto os fatores socioambientais (Alho et al., 2022), dialogam com grande afinidade com as teorias da psicologia evolucionista e seus modelos explicativos (Ene et al., 2022; Glenn et al., 2011). Ao analisar esse constructo sob a perspectiva da psicologia evolucionista, a psicopatia não parece preencher os critérios para uma disfunção no sentido biológico (Barr & Quinsey, 2004; Crawford & Salmon, 2002; Jurjako, 2019; Krupp et al., 2012; Mealey, 1995; Zeigler-Hill & Young, 2024), principalmente quando se recupera que, no sentido biológico, disfunção é um termo científico que se refere à falha de um mecanismo mental para desempenhar uma função natural para a qual foi projetada para a evolução (Hunt & Jaeggi, 2022; Pullman et al., 2021). A hipótese consiste no fato de que a psicopatia poderia ter evoluído devido a pressões seletivas e, em função disso, ser uma adaptação evolutiva, principalmente quando consideramos a psicopatia subclínica. Portanto, se a psicopatia fosse um mecanismo completamente disfuncional, muito provavelmente não teria sido selecionada ao longo da evolução (Krupp et al., 2013; Palmen et al., 2021).

Uma das teorias utilizada para subsidiar essa hipótese é a Teoria da História de Vida (Hertler et al., 2018). De acordo com esta teoria, quando os organismos estão em um ambiente no qual há recursos limitados, compensações são realizadas. O esforço para resolver um problema adaptativo exclui o esforço para resolver outro problema adaptativo (Ene et al., 2022; Glenn et al., 2011). As principais compensações da Teoria da História de Vida são (a) *o esforço para sobrevivência contínua* versus *o esforço para reprodução*, (b) *o esforço parental* versus *o esforço de acasalamento*, (c*) a qualidade* versus *a quantidade* de descendentes, e (d) *reprodução futura* versus *reprodução presente* (Del Giudice et al., 2015).

Quando o ambiente no qual o indivíduo está inserido tem uma abundância de recursos, existe uma percepção de segurança e uma disposição psicológica para o planejamento de longo prazo, principalmente porque a sua sobrevivência não está em risco imediato. Desenvolve-se a estratégia de acasalamento de longo prazo, buscando alta cooperação e baixo risco, investindo significativamente em cuidados parentais e descrevendo a estratégia denominada História de Vida "lenta" (Buss, 2019; Hertler et al., 2018). Entretanto, quando existe uma escassez de recursos, existe uma percepção de insegurança relacionada à própria sobrevivência do indivíduo e essa incerteza promove uma série de compensações na forma de alocar energia para resolver problemas adaptativos evolutivos, descrevendo então a estratégia de História de Vida "rápida" (Figueredo et al., 2022). Quando o indivíduo se encontra nesta situação, há menos planejamento para o futuro, o

esforço de acasalamento é de curto prazo, há um aumento na tomada de riscos e uma redução do autocontrole, inclusive uma disposição ao egoísmo. Os indivíduos demonstram níveis mais baixos de apego, alta impulsividade, deserção de relacionamentos cooperativos e uma preferência por traços físicos na escolha de acasalamento (Buss, 2019; Del Giudice et al., 2015; Hertler et al., 2018).

Essa teoria permite alocar as estratégias dos organismos em um continuum de "lento" a "rápido", capturando o padrão inicialmente descrito pelos modelos de *seleção rK*, sendo a *seleção K* caracterizada pelo crescimento lento, reprodução tardia e baixa fertilidade. A *seleção r* é caracterizada por crescimento rápido, reprodução precoce e alta fertilidade (Del Giudice et al., 2015). Os organismos que têm maturação sexual e reprodução precoce, produzem muitos descendentes e investem pouco em cuidados parentais, apresentam uma estratégia de história de vida "rápida" ou a *seleção r* do *continuum rK* (Pazhouhi et al., 2024). Por outro lado, organismos que se desenvolvem tardiamente, atrasam na reprodução, têm menos descendentes e investem pesadamente em cuidados parentais apresentam uma estratégia de vida "lenta" ou a *seleção K* do *continuum rK* (Figueredo et al., 2014). Essa teoria se aplica aos organismos vivos, inclusive aos humanos (Figueredo & Salmon, 2022).

Com base na Teoria da História de Vida, pesquisadores sustentam a hipótese de que a manifestação de traços de personalidade psicopática pode ser uma estratégia adaptativa evolutiva eficiente (Del Giudice, 2014), pois permite que indivíduos acessem recursos dos outros por meio da trapaça e da agressão - *cheater-hawk strategy* (Zeigler-Hill & Young, 2024), principalmente em relações impactadas pela frequência (Brazil et al., 2021; Buss, 2019; Ene et al., 2022; Farrington & Bergstrøm, 2022; Glenn et al., 2011; McCuish et al., 2022; Silva et al., 2015). Indivíduos com traços de personalidade psicopática exploram os mecanismos de reciprocidade dos outros, rompendo a relação ou contrato social sem oferecer a contrapartida.

A mensuração da manifestação da sociosexualidade de um indivíduo tem a capacidade de propiciar a análise de qual estratégia de História de Vida está sendo utilizada. Na perspectiva evolucionista, a sociosexualidade é a tendência de um indivíduo em buscar experiências sexuais de maneira mais casual, sem necessariamente envolver sentimentos profundos ou compromissos formais, sendo influenciada por fatores como personalidade, cultura e contexto social (Figueredo et al., 2012; Karinen et al., 2021). Este conceito está diretamente relacionado com a estratégia reprodutiva do indivíduo, pois ao investir em um maior número de parceiros sexuais, maximiza-se a disseminação de seus genes. Indivíduos que manifestam altos níveis de sociosexualidade demonstram um comportamento que se assemelha aos comportamentos descritos pela estratégia de História de Vida "rápida" ou *seleção r* (Ene et al., 2022).

Evidências científicas sugerem que existe uma correlação positiva entre a sociosexualidade e a manifestação de altos traços de personalidade psicopática nos indivíduos: homens psicopatas tendem a ser mais precoces sexualmente, fazem sexo com um número maior de pessoas, tem mais filhos ilegítimos e são mais propensos a abandonar suas esposas (Rowe, 1995), são mais propensos a usar coerção sexual e estupro para obter acesso sexual a mulheres (Lalumiere et al., 2005), usar agressão física para obter recursos reprodutivamente relevantes (Brazil et al., 2021; Book & Quinsey, 2004; Pitchford, 2001), têm a capacidade aumentada para identificar vítimas exploráveis (Buss & Duntley, 2008) e possuem memória mais aguçada para recordar-se de mulheres vulneráveis, tristes e prestativas do que homens não psicopatas (Book et al., 2007; Camilleri et al., 2010; Wilson et al., 2008).

Uma outra análise que subsidia essa hipótese de que a manifestação dos traços de psicopatia pode ser uma estratégia adaptativa evolutiva eficiente é a análise do comportamento especificamente relacionado com a *teoria da aptidão inclusiva* (Hamilton, 1984). Essa teoria sustenta que as características que facilitam a reprodução não necessitam afetar exclusivamente a produção de descendentes, mas consideram diferenciais evolutivos assumir o risco de proteger ou defender os descendentes genéticos (Larsen & Buss, 2021). Um indivíduo pode aumentar as chances de que seus descendentes cheguem à idade adulta e se reproduzam não somente aumentando a geração de filhos, mas também através de comportamentos de proteção aos filhos que já nasceram. A teoria da aptidão inclusiva defende que quem protege mais seus filhos maximiza as chances de que estes venham a chegar à maturidade reprodutiva (Hamilton, 1984). Esse comportamento assemelha-se à teoria do apego parental (Bowlby et al., 1979), a qual sustenta que os comportamentos de apego são mecanismos biológicos que promovem a proximidade entre os bebês e seus cuidadores, aumentando a proteção contra predadores e outros riscos (Simpson, 1999). O apego parental é visto como uma adaptação evolutiva, pois os bebês humanos são extremamente dependentes ao nascer (Fearon & Roisman, 2017). O vínculo emocional entre pais e filhos auxilia a garantir a proteção e nutrição, aumentando as chances de sobrevivência e reprodução (Buss, 2019; Figueredo & Salmon, 2022). As evidências empíricas indicam que o apego parental seguro na infância se correlaciona negativamente com o desenvolvimento da psicopatia e com o comportamento insensível e sem emoção (Hertler et al., 2021; Hyde et al., 2016; McDonald et al., 2011). Indivíduos que manifestam altos traços de psicopatia demonstram baixo apego parental, o que indicaria uma estratégia de História de Vida "rápida" ou *seleção r*.

De acordo com a Teoria da História de Vida, a ausência de cuidados com os próprios filhos ou cuidados parentais é compensada com uma maior quantidade de filhos. Indivíduos que não dedicam recursos, como o seu próprio tempo, para cuidar e garantir a segurança de seus descendentes genéticos diminuem as chances destes chegarem à vida adulta, quando comparados com indivíduos que utilizam essa estratégia (Larsen & Buss, 2021). Para compensar, acabam por ter um maior número de descendentes, o que sugere uma estratégia de História de Vida "rápida" ou *seleção r*. Como resultado direto desse comportamento da ausência dos pais, surgem variações comportamentais diretamente ligadas à reprodução dos filhos. A meta-análise realizada por Xu et al. (2018) sugere que a ausência dos pais também está relacionada ao início precoce do comportamento sexual, casamento e reprodução tanto nos homens quanto nas mulheres.

Entretanto, destacam que essa estratégia é eficiente enquanto minoria em uma população, porque à medida que se permite a expansão de outros indivíduos com essas estratégias, mecanismos de identificação da trapaça são aprimorados nos indivíduos que engajam comportamento altruísta e cooperativo por coalizão, enfraquecendo as estratégias de trapaça (Jurjako, 2019). Dessa forma, a tendência para a eficiência dos traços de psicopatia enquanto estratégia adaptativa evolutiva é maximizada em grandes sociedades ou populações nas quais os relacionamentos são potencialmente numéricos e curtos, permitindo que o mecanismo de trapaça não seja utilizado duas vezes com a mesma pessoa. Em sociedades menores, essa estratégia não é eficiente porque rapidamente o grupo identificará o trapaceiro e promoverá punição como forma de criar barreiras para o surgimento de novos trapaceiros (Haidt, 2012).

A psicologia evolucionista ainda apresenta dois modelos evolutivos que sustentam a hipótese de que a psicopatia pode ser uma adaptação evolutiva e não uma patologia (Ene et al., 2022): o *modelo da seleção do equilíbrio* e o *modelo das mudanças contingentes* (Buss, 2019). O *modelo de seleção de equilíbrio* é composto por duas estratégias que estão associadas à manifestação dos traços de psicopatia, sendo elas a (i) *seleção dependente da frequência* e o (ii) *nível ótimo de um traço de personalidade* (de Vries et al., 2016; Glenn et al., 2011). A *seleção dependente da frequência* sugere que os traços psicopáticos foram selecionados porque oferecem uma vantagem de aptidão em ambientes específicos, desde que o número de indivíduos que utilizem essa estratégia seja percentualmente pequeno. Indivíduos que manifestam traços de psicopatia utilizam principalmente da trapaça para acessar recursos necessários, sem se comprometer com as contrapartidas das relações de longo prazo obtidas por alianças cooperativas. Em altas frequências, os trapaceiros se tornam facilmente detectáveis e têm a maior probabilidade de encontrarem outros trapaceiros, o que prejudicaria a eficácia dessa estratégia (Brazil et al., 2019). O *nível ótimo de aptidão* sustenta a importância da análise dos benefícios e dos custos associados à estratégia de manifestação dos traços psicopáticos e que essa análise pode oferecer indícios da capacidade adaptativa evolutiva, pois em ambientes nos quais os benefícios superam os custos, existe vantagem competitiva. Em ambientes com grande escassez de recursos e grande número de indivíduos, ilustrados como, por exemplo, as sociedades modernas de grande escala, nas quais muitas interações entre indivíduos podem ser encontros únicos, estratégias de engano e manipulação demonstram-se eficientes (Glenn et al., 2011).

O *modelo das mudanças contingentes* ou *modelo de calibração adaptativa* descreve que diversos mecanismos físicos e psicológicos apresentam uma resposta flexível, respondendo imediatamente às mudanças ambientais ou às próprias características do ambiente, como, por exemplo, a capacidade de reagir de forma flexível do sistema imunológico contra uma doença (Buss, 2019; Glenn et al., 2011). Um dos mecanismos que regula essa capacidade de adaptação evolutiva condicional é o Sistema de Resposta ao Estresse, o qual, além de ser responsável por responder a desafios imediatos, tem a função de usar informações do ambiente para modificar a trajetória de desenvolvimento do indivíduo, correspondendo às condições locais do ambiente social e físico (Del Giudice et al., 2011; Ellis et al., 2013). De acordo com Ellis et al. (2019), o Sistema de Resposta ao Estresse tem três funções biológicas: (i) coordenar a resposta alostática do organismo aos desafios físicos e psicossociais, (ii) codificar e filtrar informações do ambiente, mediando a abertura do organismo para insumos ambientais, e (iii) regular uma série de características relevantes para a história de vida e comportamentos.

Ambiente Organizacional e a Psicopatia

> *"Nem todos os psicopatas estão na prisão... Alguns estão nas salas de reuniões das diretorias das empresas..." – Robert Hare (Babiak et al., 2010)*

O ambiente organizacional apresenta dinâmicas sociais que são arranjadas de forma a maximizar os resultados relacionados com a produtividade, eficiência e qualidade. As organizações adotaram designs baseados em equipes para maximizar o valor de seu capital humano, adquirindo flexibilidade para compor e reconfigurar as competências dos colaboradores com as demandas de

tarefas, e desta forma, precisam desenvolver mecanismos para mediação dos conflitos entre os atores envolvidos (Mathieu et al., 2017). O conflito é inevitavelmente inerente às organizações em razão do trabalho em equipe necessário para o pleno desenvolvimento de suas atividades. Entretanto, nem todo conflito é prejudicial às atividades organizacionais. Ao definir conflito em termos de interesses opostos, confunde-se conflito com competição, este último intrinsecamente relacionado com objetivos incompatíveis (Mathieu et al., 2018). A meta-análise publicada por De Wit et al. (2012) identificou que alguns tipos de conflitos podem ser construtivos, contribuindo para o sucesso das organizações porque seus benefícios superam seus custos, e por meio destes, o pensamento convencional é desafiado, ameaças e oportunidades são identificadas e novas soluções são forjadas (Mathieu, 2018; Tjosvold et al., 2014). Entretanto, alguns conflitos podem resultar em significativas causas de sofrimento, de perturbação social e de comportamentos desadaptativos culturais, principalmente motivados por comportamentos manipulativos, enganosos, impulsivos, insensíveis, autoritários, irresponsáveis, focados no desprezo pelas normas e ética, além da busca por poder e status (Guenole, 2014; Harms et al., 2024).

Pesquisadores como Bennet e Robinson (2000) investigaram comportamentos responsáveis por resultar em danos psicossociais além de prejuízos financeiros no âmbito das organizações, os quais foram categorizados como *comportamentos desviantes no trabalho* (*workplace deviance behavior*). Estes comportamentos desviantes, também chamados de contraproducentes, podem ser definidos como quaisquer atos voluntários realizados por empregados ou funcionários que prejudicam ou têm a intenção de prejudicar a organização ou as pessoas que nela trabalham. Alguns exemplos destes comportamentos são roubo, furto, fraude, absenteísmo, procrastinação, uso de substâncias, retaliação, vingança, assédio sexual, entre outros (Bennett et al., 2024; Mackey et al., 2019).

Uma outra definição de comportamento desviante no trabalho pode ser descrita como sendo a ação de indivíduos ou grupo de indivíduos inseridos em uma organização que configure uma violação voluntária de alguma norma tida como referência, diretrizes, costumes ou até regulamentos próprios, sendo esses desvios positivos ou negativos (Sodré, 2018). A análise deste tipo de comportamento identifica quatro categorias de desvios: (i) *desvios de propriedade*, definidos como sendo comportamentos de maior gravidade com prejuízos à organização, englobando as condutas com dano intencional a recursos da organização, apropriação de bens e o aceite de suborno ou propina (corrupção passiva ou ativa); (ii) *desvios de produção*, definidas como sendo comportamentos de menor gravidade com prejuízos à organização, como desperdícios de recursos, redução intencional e injustificada do trabalho ou não cumprimento da jornada de trabalho; (iii) *desvio político*, definidos como sendo comportamentos de menor gravidade contra os membros de uma organização, colocando-os em desvantagem pessoal ou política; e (iv) *agressão pessoal*, definidos como sendo comportamentos negativos graves, agressivos ou hostis, contra membros da própria organização, incluindo abuso verbal, assédio moral e sexual.

O modelo de dois fatores proposto por Bennet e Robinson (2000) considera as ações que visam prejudicar a organização – *Comportamento Contraproducente no Trabalho Organizacional* (CCT-O), e as ações contra os indivíduos – *Comportamento Contraproducente no Trabalho Interpessoal* (CCT-I). Entretanto, evidências científicas recentes sustentam a hipótese de que um modelo de três fatores descritos como *produtividade*, *interpessoal* e *infracional* descreveu com sucesso os comportamentos que podem impactar negativamente a dinâmica no local de trabalho de empresas inseridas no contexto cultural brasileiro (Cortez et al., 2024). Os resultados indicam que o comportamento desviante no trabalho possui correlações sistêmicas ainda não completamente evidenciadas com os comportamentos criminosos no âmbito das organizações, inclusive sugerindo a necessidade de que estes fenômenos sejam analisados de forma conjunta para promover o avanço científico, principalmente levando em consideração os traços de personalidade.

Aprofundando o estudo sobre comportamento desviante nas organizações, principalmente através da manifestação de traços de personalidade que produzem sofrimento social e injustiças, surgem as evidências que sugerem que o ambiente organizacional seja altamente atrativo para o desenvolvimento de traços de personalidade psicopática (Babiak & Hare, 2006; Fritzon et al., 2020; Mathieu, 2022). Pesquisadores como Croom et al. (2021) identificaram níveis estatisticamente significativos mais elevados de traços psicopáticos em amostras empresariais e organizacionais. Inclusive, consta publicado estudo que correlaciona a personalidade psicopática com empreendedorismo. A psicopatia primária, associada a uma variação de traços normais de personalidade, correlaciona-se de forma estatisticamente significativa ($r = 0,21$; $p < 0,01$) com habilidades empreendedoras, como consciência empreendedora, criatividade empreendedora, oportunismo e visão (Akhtar et al., 2012). Alguns traços que compõem a psicopatia primária, como ser insensível, destemido e aparentemente encantador, são positivamente relacionados ao sucesso empresarial, confundindo essas manifestações comportamentais com uma suposta adaptação cultural competitiva na exploração de oportunidades de negócios e na busca por inovações (Bronchain et al., 2020; Kranefeld, 2023; Silvério et al., 2023; Wallace et al., 2024).

Indivíduos que apresentam traços de psicopatia podem ter um relacionamento privilegiado com os crimes corporativos ou crimes do colarinho branco (Boddy, 2009; Clarkson & Darjee, 2021;

Collins & Schmidt, 1993; Mathieu, 2022), destacando que há descrição do modelo do processo de evolução dos indivíduos que manifestam altos traços de psicopatia dentro das empresas (Babiak, 2016). Estes indivíduos possuem facilidade para serem contratados e, uma vez no cargo, tanto as estruturas organizacionais quanto o sistema criminal permitem que eles utilizem seu poder de abusar de outras pessoas ou de cometer crimes corporativos sem ter que temer ou enfrentar as consequências, tornando os crimes corporativos o *tipo perfeito de crime* para estes indivíduos (Laurijssen et al., 2024; Mathieu, 2022).

Traços de personalidade como ousadia, destemor e implacabilidade, manifestados pela busca por emoções, alta tolerância ao risco, frieza e foco absoluto nos resultados, muitas vezes atraem empresas que necessitam de liderança e orientações fortes (Croom et al., 2021). Dessa forma, os indivíduos que apresentam altos traços de psicopatia, como insensibilidade emocional, necessidade de estimulação, falta de empatia e de remorso, disposição para mentir e manipular, além da busca pela exposição ao risco (Babiak & Hare, 2006), podem apresentar diferenciais competitivos no ambiente organizacional (Mathieu, 2022; Palmen et al., 2021). Esses diferenciais permanecem particularmente alinhados com as teorias da Administração, principalmente quando o racionalismo instrumental transborda a capacidade de humanização dentro das organizações, adquirindo uma dimensão técnica e instrumental (Cortez et al., 2019).

Estes princípios necessários às organizações descrevem a relação do homem e da natureza na qual prevalecem os meios para se alcançarem os fins já determinados e a aplicação de regras técnicas para a sua consecução (Weber, 1930/2013). As organizações, para atingirem os lucros, tendem a produzir excessos do maximalismo tradicional, que tanto conduz ao sofrimento quanto destrói os ambientes internos e externos da empresa (Mozzato & Grybovski, 2013). De maneira estrutural, esse aspecto instrumental da racionalidade formal encontra afinidade com as exigências produtivas do capitalismo, pois ao reduzirem o homem e a natureza ao estatuto de ser, os classificam como mais uma variável no cálculo e na avaliação técnica das chances de êxito e lucro (Balenciaga, 2008; Valle, 2017), suprimindo aspectos emocionais e psíquicos enquanto mecanismos de decisão do indivíduo (Swedberg, 2014). Ao suprimir esses aspectos, submetem os indivíduos inseridos no ambiente social à incapacidade de buscar o equilíbrio entre aspectos racionais e emocionais, os quais são imprescindíveis para a saúde física e mental (Haidt, 2001).

Ao pressionar o indivíduo para que se manifeste negligenciando suas emoções, o ambiente corporativo promove uma seleção de indivíduos que tenham a capacidade de adaptar-se culturalmente a essas exigências (Ene et al., 2022). A base cultural das normas congruentes exerce uma pressão que pode encontrar resposta nas capacidades adaptativas promovidas pela evolução biológica. Destacam-se aqui, de forma análoga, as similaridades entre a manifestação da personalidade psicopática e as raízes da Administração (Boddy, 2023): a psicopatia se destaca principalmente pela incapacidade cognitiva de combinar a área emocional com o raciocínio e o comportamento (Rodríguez et al., 2018), enquanto a administração clássica busca o racionalismo instrumental, fomentando processos de decisões racionais em nível organizacional que não consideram os aspectos emocionais dos stakeholders (Weber, 1930/2013). Decisões motivadas por aspectos emocionais são consideradas menos eficazes do que as decisões puramente racionais, porque deixam de maximizar lucros e resultados materiais (Valle, 2017).

Essa analogia que sugere uma explicação para a afinidade entre a psicopatia e a essência do capitalismo, é encontrada em evidências científicas (Arfeli & Gradella Junior, 2023; Balenciaga, 2008; Boddy et al., 2022; Spash, 2022). Babiak et al. (2010) identificaram uma maior incidência de traços de psicopatia no ambiente corporativo: aproximadamente 3,9% dos gerentes pontuaram com mais de 30 pontos no instrumento *Psychopathy Checklist-Revised* (Hare, 2003) em amostra de 203 gerentes e executivos, enquanto estima-se que na população geral apenas 1% apresenta a mesma pontuação. Boddy (2009; 2011) e Boddy et al. (2010) identificaram que quanto mais alto o cargo na hierarquia das empresas, maior a probabilidade de encontrar psicopatas corporativos: 3,5% no nível sênior ao contrário de 1% no nível júnior; e quanto maior o grau na hierarquia das organizações, maior o relato de ter se relacionado com indivíduo que apresente traços de psicopatia (Boddy et al., 2010). Blickle et al. (2006) e Barnard (2008) identificaram que fraudadores com altos traços de psicopatia apresentam baixo autocontrole comportamental, alto hedonismo e alto narcisismo, manifestados principalmente por habilidades interpessoais altamente refinadas como a capacidade de persuadir, bajular, envergonhar, evitar, acalmar e manipular suas vítimas durante o curso da fraude. No mundo corporativo, o comportamento psicopático dos funcionários seniores, incluindo o bullying, a manipulação e o egoísmo, pode ter efeitos cascata em toda a organização, promovendo uma cultura corporativa que recompensa esses comportamentos psicopáticos (Boddy, 2011). Hare et al. (2012) destacam que gerentes com altos traços psicopáticos apresentaram pontuação alta no Fator 1 (Interpessoal / Afetivo) e baixa pontuação no Fator 2 (Estilo de vida/ Antissocial). Enquanto o Fator 2 é associado em grande parte a fatores genéticos, o Fator 1 apresenta forte correlação com fatores ambientais como aparência física, habilidades e conexões sociais, inteligência, educação, conexões familiares e políticas, além de recursos financeiros e legais para proteção.

Durand (2019b) desenvolveu e validou o instrumento *Durand Adaptive Psychopathic Traits Questionnaire* (*DAPTQ*) com o objetivo de medir traços psicopáticos adaptativos como liderança,

destemor e criatividade. O indivíduo que pontua alto neste instrumento é descrito com o termo *psicopata bem-sucedido*, pois apresentaria vários traços essenciais da psicopatia (e.g. falta de empatia, alta dominância) mas não manifesta traços generalizados encontrados na psicopatia secundária, como comportamentos agressivos. De acordo com Lilienfeld et al. (2015), três modelos explicativos foram desenvolvidos com o objetivo de explicar o comportamento do *psicopata bem-sucedido* ("psicopata funcional"). O primeiro, *o modelo de gravidade diferencial,* considera a psicopatia bem-sucedida uma manifestação mais branda da personalidade psicopática, diferenciando-se apenas na intensidade. O segundo, *o modelo de expressão moderada,* considera a psicopatia bem-sucedida como uma manifestação atípica da personalidade psicopática devido a fatores de proteção (e.g. resiliência ao estresse ou charme social) que moderam os efeitos de traços disfuncionais relacionados ao constructo. O terceiro, *o modelo de configuração diferencial,* conceitua o aspecto multidimensional da psicopatia e o compartilhamento de traços comuns que tanto compõem a psicopatia bem-sucedida (e.g. ousadia e extroversão) quanto a psicopatia disfuncional (e.g. falta de empatia e impulsividade). Durand (2019a) define o constructo dos traços psicopáticos adaptativos em nove dimensões: liderança, pensamento lógico, compostura, criatividade, destemor, inteligência financeira, foco, extroversão e gestão.

A psicopatia bem-sucedida foi associada a fatores como destemor, imunidade ao estresse, liderança, orgulho, aversão à punição durante o conflito e status socioeconômico estável (Wallace et al., 2024). Estes indivíduos podem ter sofrido influências de fatores ambientais positivos, como melhor educação, nível socioeconômico mais alto e ter sido apresentados a uma rede de negócios, o que permite serem selecionados pelo ambiente corporativo ao aproveitarem-se das fraquezas de comunicação, sistemas e processos organizacionais, conflitos interpessoais e estressores gerais do ambiente organizacional, promovendo fraudes, abusos e conflitos (Babiak & Hare, 2006).

Consta inclusive elaborado um modelo de processo responsável por identificar pelo menos cinco etapas na carreira dos psicopatas corporativos: (i) *entrada na organização* – psicopatas prosperam manipulando sua autoimagem nas entrevistas de admissão e mentindo nos currículos; (ii) *avaliação* – psicopatas examinam a empresa buscando quem seria útil para ser manipulado, criando uma rede e imagem que usarão para futuras manipulações; (iii) *manipulação* – inicia-se a fase de criação de conflitos e desinformação para promover sua carreira, aproveitando-se de seus alvos e desacreditando os seus rivais em potencial publicamente; (iv) *confronto* – as vítimas ao descobrirem que estão sendo manipuladas, buscam denunciar aos subordinados porém suas reputações já sofreram adulterações e não encontram sustentação; e (v) *ascensão* – psicopatas eliminam a concorrência e ascendem na hierarquia organizacional (Babiak, 2016). Essas estratégias são principalmente maximizadas através do reequilíbrio entre os domínios da empatia.

A empatia, crucial para a interação humana, é um constructo multidimensional com dois domínios centrais: (i) *cognitivo* - a capacidade de compreender e inferir os estados mentais e emocionais dos outros; e (ii) *afetivo* - a capacidade de adotar as perspectivas mentais dos outros e sentir as emoções deles (Campos et al., 2022; Cox et al., 2012). A psicopatia está associada a déficits na empatia afetiva, enquanto indivíduos com traços de personalidade psicopática frequentemente mantêm intactas as habilidades de empatia cognitiva (Dadds et al., 2009; Mullins-Nelson et al., 2015; Murphy & Lilienfeld, 2019). Embora algumas evidências sugiram que a falta de empatia pode não ser uma característica central da psicopatia, mas sim um fenômeno relacionado ou correlato, potencialmente moderado por outros fatores (Međedović et al., 2018), os traços interpessoais e afetivos parecem emergir como a dimensão primária para explicar os déficits de empatia afetiva, enquanto os traços impulsivos e antissociais são menos informativos para distinguir entre empatia cognitiva e afetiva (Campos et al., 2022).

Os déficits de empatia em grupos com altos níveis de psicopatia foram mais pronunciados no domínio afetivo em comparação com a empatia cognitiva, exibindo um padrão de atenção orientada para objetivos que os leva a ignorar sinais emocionais periféricos e o sofrimento alheio. Isso reduz sua capacidade de pausar e processar as emoções negativas dos outros - um passo fundamental para a empatia e para a inibição da violência (Campos et al., 2022; Rijnders et al., 2021). A dissociação entre os domínios da empatia destaca o paradoxo da emoção: se o processamento cognitivo pode compensar os déficits de empatia afetiva em indivíduos com determinados traços psicopáticos (Campos et al., 2022), uma vez que os componentes afetivo e cognitivo podem não se integrar de forma eficaz, resultando em falta de empatia e comportamento egocêntrico (Rijnders et al., 2021). Essa lacuna entre os domínios da empatia pode ser atenuada através do desenvolvimento da empatia cognitiva (reconhecer os sentimentos do outro) como um meio de compensar a falta de empatia afetiva (sentir o que o outro sente), permitindo que indivíduos com altos traços psicopáticos exibam emoções sem, de fato, experimentá-las genuinamente (Dadds et al., 2009).

Embora a dissociação entre os domínios da empatia seja amplamente discutida, estudos recentes sugerem que a dimensão comportamental da empatia pode servir como uma via compensatória ou performativa em indivíduos com traços psicopáticos elevados (Campos et al., 2022; Cheng et al., 2021). A empatia comportamental se manifesta por meio de ações observáveis de cuidado, apoio ou respostas socialmente adequadas, mesmo na ausência de uma ressonância emocional genuína (Genzer et al., 2023; Vallete d'Osia & Meier, 2024). Indivíduos com empatia

afetiva prejudicada, mas com empatia cognitiva preservada, podem simular comportamentos empáticos como um mecanismo adaptativo ou estratégico, utilizando suas habilidades de reconhecimento emocional para gerar impacto social positivo - ou manipulador - dependendo de seus objetivos (Kahhale et al., 2024; Openhaim et al., 2024). Isso evidencia o uso instrumental da empatia em ambientes corporativos, especialmente na ascensão de indivíduos que exibem tendências manipuladoras e falta de remorso (Mathieu et al., 2013; Mathieu, 2022).

Paralelamente, a empatia compassiva, que une a compreensão cognitiva do sofrimento alheio com uma motivação sincera para aliviá-lo, tem sido proposta como um contrapeso ético à cisão entre os domínios da empatia (Decety & Jackson, 2004; Decety & Jackson, 2006; Sinclair et al., 2016; Singer & Klimecki, 2014). Estreitamente relacionada está a empatia somática, que abrange respostas corporais involuntárias - como tensão muscular ou mímica - aos estados emocionais dos outros, enfatizando a dimensão sensoriomotora da experiência empática (Chen et al., 2019; Levenson & Ruef, 1992; Preckel et al., 2018; Raine et al., 2022). Essas formas integram-se ao modelo de dupla via da empatia, uma estrutura neuropsicológica que propõe que tanto vias rápidas e emocionais (afetivas/somáticas) quanto vias lentas e deliberativas (cognitivas) operam em conjunto (Heyes, 2018; Yu & Chou, 2018). Embora esse modelo explique o processamento interno da empatia, a empatia comportamental refere-se à expressão externa desses processos por meio de ações observáveis - como ajudar, apoiar ou manipular os outros - e é moldada pelo grau em que os componentes cognitivos e afetivos se integram (Batchelder et al., 2017; Bensalah et al., 2016; Cameron et al., 2019; Vallete d'Osia & Meier, 2024). Em indivíduos com traços psicopáticos, a empatia comportamental pode emergir estrategicamente a partir de vias cognitivas intactas, mesmo na ausência de uma ressonância emocional genuína (Campos et al., 2022; Dadds et al., 2009). Compreender essas distinções sutis entre perfis de empatia é fundamental para distinguir comportamentos pró-sociais autênticos de manipulação social calculada em estruturas de liderança e poder (Rijnders et al., 2021).

Crucialmente, fatores socioculturais e desenvolvimentais mais amplos - incluindo trauma, pobreza e violência sistêmica - desempenham um papel fundamental na formação das capacidades empáticas, com implicações diretas para o comportamento em ambientes de trabalho (Larsen et al., 2025). Como demonstram Santos et al. (2023) em seu estudo com crianças com condições de neurodesenvolvimento em contextos brasileiros marcados pela pobreza e violência, a empatia não pode ser conceituada apenas como um traço individual ou uma competência de liderança. Em vez disso, deve ser compreendida dentro de uma matriz de estratégias de sobrevivência precoce, adversidade intergeracional e negligência social crônica. Quando indivíduos moldados por tais ambientes ingressam em espaços organizacionais, podem apresentar distanciamento emocional, hipervigilância ou agressividade reativa - não como indicadores de psicopatia, mas como respostas adaptativas à exposição prolongada a ameaças e à falência institucional. Esses indivíduos também podem carregar ressentimentos residuais ou operar com roteiros interpessoais defensivos, que inibem comportamentos pró-sociais comumente esperados em ambientes de trabalho colaborativos e emocionalmente inteligentes.

Assim, na psicologia organizacional, compreender a empatia - especialmente seus déficits, supressão ou performance estratégica - requer a integração de quadros neuropsicológicos e socioemocionais desenvolvimentais (Cox et al., 2012; Decety & Jackson, 2004). O que pode, superficialmente, apresentar-se como falta de engajamento emocional ou comportamento manipulador em contextos profissionais pode, na verdade, derivar de histórias mais profundas de exclusão social e desconfiança adaptativa (Međedović et al., 2018). Reconhecer essa interação entre violência estrutural e comportamento no ambiente de trabalho permite intervenções mais justas e eficazes, especialmente no desenvolvimento de liderança, na resolução de conflitos e na saúde mental ocupacional (Vallete d'Osia & Meier, 2024). Essa perspectiva mais ampla não desculpa condutas prejudiciais, mas reformula certos comprometimentos empáticos como lógica de sobrevivência, exigindo respostas sistêmicas que vão além de diagnósticos individuais para abordar as condições ambientais sob as quais a empatia pode ser cultivada - ou bloqueada (Heyes, 2018).

Neste ponto, contudo, torna-se necessário avaliar criticamente as limitações explicativas dos modelos etológicos e psicobiológicos simplificados, que frequentemente buscam universalizar tendências comportamentais por meio de narrativas evolucionistas dissociadas da especificidade sociocultural. Embora a psicologia evolutiva ofereça insights valiosos sobre a natureza adaptativa dos traços psicopáticos, especialmente em ambientes de alto risco ou com escassez de recursos, corre o risco de se tornar reducionista ao negligenciar como instituições historicamente situadas, pressões normativas e sistemas econômicos modulam a expressão desses traços na vida organizacional (Cantor, 2001; Olding, 1985). De modo semelhante, a economia comportamental e a psicologia clássica do trabalho e das organizações frequentemente operam com suposições excessivamente simplificadas sobre a racionalidade ou sobre estruturas fixas de personalidade, ignorando como a empatia, a confiança ou o desligamento moral são moldados de forma dinâmica por lógicas institucionais, assimetrias de poder e economias culturais do afeto (Zagaria et al., 2021).

Para superar tal miopia epistemológica, propomos uma integração transdisciplinar fundamentada na Teoria da História de Vida Organizacional (THV-O). Esse referencial acolhe as

contribuições fundamentais da psicologia evolucionista - reconhecendo a psicopatia como uma potencial Estratégia de Vida "rápida" sob contingências ambientais específicas (Ene et al., 2022; Hertler et al., 2018; Zeigler-Hill & Young, 2024), ao mesmo tempo em que incorpora explicitamente mediações socioinstitucionais, desenvolvimentais e culturais (DiMaggio & Powell, 2005; Edwards et al., 2024; Puente-Palacios et al., 2016; Pires et al., 2024). Embora esses domínios frequentemente apresentem tensões ontológicas e metodológicas, eles podem ser articulados por meio de uma abordagem centrada na práxis, que privilegia a adaptação contextual, a construção de significados e os determinantes estruturais.

Nessa perspectiva, as organizações não são meramente ambientes neutros, mas ecologias seletivas que podem amplificar ou suprimir certos fenótipos comportamentais, incluindo aqueles alinhados à psicopatia subclínica - com base em incentivos de desempenho, hierarquias e climas regulatórios (Morgan, 2011). O contexto organizacional, portanto, opera não apenas como um cenário, mas como um sistema em coevolução, capaz de moldar estratégias individuais de história de vida de maneiras que borram as fronteiras entre adaptação, oportunismo e erosão ética (Golden, 1992; Friedman & Olekalns, 2021). Esse olhar possibilita uma transição para uma análise mais estrutural do comportamento corporativo e da criminalidade, na qual os crimes de colarinho branco deixam de ser tratados como falhas morais de indivíduos isolados, passando a ser compreendidos como fenômenos emergentes dentro de ecossistemas institucionais projetados para recompensar a racionalidade instrumental e a supressão estratégica da empatia (Clarkson & Darjee, 2022; Clinard et al., 1979; Ribeiro et al., 2019).

Crimes Corporativos e as Organizações Criminosas

O termo geral da psicologia popular para crimes corporativos, "crime de colarinho branco", foi utilizado pela primeira vez por Edwin Sutherland, quando publicou uma revisão sociológica multidisciplinar com o objetivo de integrar a perspectiva dos economistas, acostumados às relações empresariais, com a dos sociólogos, experientes em criminologia (Sutherland, 1940). A contribuição científica desta publicação consistiu em buscar conceituar os crimes cometidos por pessoas que pertenciam a um nível socioeconômico alto e que teriam de alguma forma auxílio de sua ocupação profissional para consumá-los, utilizando em parte seu status de alto executivo ou empresário para dissimular seus atos ilícitos (Araujo et al., 2020). A inauguração da percepção dessa definição contribuiu para o entendimento de como enormes desigualdades sociais podem ser responsáveis por produzir sofrimento social, principalmente pelo fato de que o Estado não consegue ser tão eficiente combatendo os crimes cometidos por indivíduos pertencentes às altas classes socioeconômicas quando comparados aos indivíduos proletariados (Oliveira, 2019). A ciência vem aprimorando estes conceitos e atualmente define os crimes de colarinho branco como sendo atos ilegais e antiéticos que violam a responsabilidade fiduciária da confiança pública, cometidos por um indivíduo ou organização, geralmente durante o curso de uma atividade ocupacional legítima, por pessoa de status social elevado ou respeitável, para ganho pessoal ou organizacional (Ribeiro et al., 2019).

O termo *crime corporativo* descreve um tipo particular de crime do colarinho-branco, pois ocorre em um contexto complexo e diverso envolvendo uma variedade de relacionamentos entre diretores de empresas, executivos, gerentes de uma ou mais empresas, grupos econômicos ou subsidiárias (Clinard et al., 1979). Estas condutas que violam o ordenamento jurídico, ou seja, antijurídicas, podem ser divididas entre os crimes cometidos para ganhos pessoais de indivíduos no exercício de suas profissões ou os crimes cometidos por empresas para o benefício das próprias organizações, o que beneficiaria indiretamente o administrador responsável pela mesma (Kramer, 1984). Ampliando a análise das possibilidades das condutas antijurídicas das organizações, pode-se dividir os crimes financeiros em duas categorias: (i) *os crimes corporativos*, os quais são cometidos em benefício da corporação, e (ii) *os crimes ocupacionais*, os quais são cometidos contra a corporação e em benefício daquele que comete o crime, abrangendo não somente os crimes cometidos pela corporação, mas também os crimes cometidos contra ela (Oliveira & Silveira, 2021). Um outro aspecto importante apresenta uma circunstância relevante para entender o fenômeno: a intencionalidade ou não do crime corporativo, isto é, se o crime foi resultado de decisões corporativas e gerenciais ou de má conduta ou negligência do indivíduo. Tem-se aqui as consequências das decisões que são tomadas em acordo com os objetivos normativos organizacionais, ou seja, o lucro corporativo. As teorias sobre o crime organizacional propõem a seguinte divisão: (i) o crime que ocorre quando uma organização se depara com obstáculos às oportunidades legítimas para realizar seus objetivos e (ii) o crime que ocorre quando oportunidades ilegítimas para realizar os objetivos da organização estão disponíveis para os atores organizacionais (Kramer, 1984).

O termo *crime financeiro* é utilizado também para descrever as complexas formas de lavagem de dinheiro, as quais utilizam arranjos jurídicos complexos para permitir que os produtos das atividades criminosas possam ser reinseridos no sistema financeiro e beneficiar os autores dos crimes. Apesar de não ser obrigatória a lavagem de dinheiro com o auxílio das organizações empresariais, sua utilização tem a capacidade de aumentar consideravelmente as chances de impunidade (Moro et al., 2019). O crime de lavagem de dinheiro caracteriza-se por um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país, de modo

transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita, e em termos práticos consiste no meio pelo qual o dinheiro com origem em atividades ilícitas é transformado em dinheiro com aparência lícita.

Por definição, a lavagem de dinheiro se aplica a um recurso financeiro que tem origem ilícita, desta forma, obrigatoriamente considerando que outro crime ocorreu antes da lavagem, o crime antecedente (Moro et al., 2019). Essa estratégia para usufruir os proventos dos crimes é utilizada por indivíduos envolvidos com terrorismo, tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, crimes ambientais, corrupção, latrocínios e toda gama de crimes que o resultado da conduta antijurídica resulte em ganho financeiro ilícito (Vecchio, 2020). O contexto organizacional e suas estruturas jurídicas que compõem as operações corporativas produzem um ambiente contábil e complexo que, ao tangenciar os limites do ordenamento jurídico, torna-se um ambiente atraente para as possibilidades de lavagem de dinheiro, principalmente em razão da sua alta especialização ou verticalidade. Dessa forma, apresenta-se a correlação de que quanto mais socialmente repugnante o crime antecedente cometido, maior será a necessidade de utilizar uma estrutura de lavagem de dinheiro capaz de proteger o produto do crime e eventualmente manter a impunidade dos criminosos.

A justificativa de trazer à tona esse escopo ganha importância quando analisando que os crimes corporativos estão configurados em uma cadeia de agentes que incluem o Estado (Oliveira & Silveira, 2021). Uma das teorias sustenta que o comportamento criminal no âmbito das corporações ultrapassa o produto das relações e interações humanas em contextos específicos, constituindo-se em uma atividade legítima da personalidade jurídica ao transgredir leis no interesse da maximização dos lucros. Ao mesmo momento que disfarçam ilegalidades, omitem lucros ilegais, destroem evidências e corrompem agentes do Estado para que as leis não sejam aplicadas a elas, as organizações criam uma estrutura altamente complexa para que os produtos destes crimes sejam transformados de forma a serem inseridos novamente no sistema financeiro nacional, promovendo a lavagem de dinheiro (Oliveira, 2019). Grandes investigações mundiais relacionando a capacidade de estruturas complexas de empresas *offshore* situadas em paraísos fiscais apontam para o papel das mesmas na facilitação da ocultação dos pagamentos de corrupção e que isto contribui substancialmente para os custos sociais relacionados à corrupção, estimando em 5% do PIB global anual (O'Donovan et al., 2019). Destaca-se a crescente influência das empresas na democracia, invadindo as três esferas que são fundamentais para a democracia funcional: a esfera política da tomada de decisões, a esfera pública da deliberação e a esfera privada dos interesses do cidadão (Nyberg, 2021).

O crime de corrupção também costuma ser associado ao conceito de crimes financeiros principalmente em virtude da necessidade de que os indivíduos que praticam essas condutas costumam promover a lavagem de dinheiro para poderem usufruir destes recursos. A correlação direta entre cometer o crime e fazer uso dos seus produtos e benefícios é muito significativa, inclusive desestimulando a conduta criminosa quando existe a incerteza de que será possível aproveitar os benefícios da mesma (Moro et al., 2019). Isso é reforçado principalmente pelas pesquisas que sugerem que a decisão de cometer um crime se baseia na avaliação de custos e benefícios de cinco dimensões: (i) esforços necessários para cometer o crime; (ii) os riscos de ser detectado; (iii) as recompensas associadas ao crime, (iv) as condições que podem apoiar o crime, e (v) as desculpas que o ofensor pode usar para justificar suas ações (Benson & Simpson, 2009). Em termos gerais, a corrupção seria a materialização das estratégias empresariais com o objetivo de influenciar o ambiente regulatório utilizando o excedente do acúmulo de capital obtido com seu histórico de atividades desenvolvidas, corroendo os processos democráticos e a confiança dos cidadãos (Lacerda et al., 2019; Oliveira & Silveira, 2021).

As organizações empresariais são estruturas organizadas orientadas para os objetivos de produção de bens e serviços, resultando em uma receita financeira positiva para o seu exercente. O Estado organiza e delimita os limites das possibilidades de atuação destas atividades econômicas por meio dos aspectos legais, determinando o que é permitido e o que é vedado, principalmente por meio das promulgações de leis criminais e das políticas tributárias (Andrade, 2020). Os limites para a distinção entre uma atividade empresarial legal ou ilícita são basicamente os limites que o Estado, enquanto legislador, é capaz de impor a partir de sua percepção do bem-estar social da população (Medeiros & Silveira, 2017). As empresas permanecem constantemente tangenciando estes limites legais, buscando posicionar-se em nichos de mercados altamente rentáveis, inclusive buscando influenciar o Estado para que reveja seus limites legais promulgados, permitindo esse alcance empresarial (Oliveira, 2019). As empresas estão alocando cada vez mais recursos financeiros em atividades destinadas a influenciar as políticas públicas (Alzola, 2013), com o objetivo de criar vantagens competitivas em termos de lucros empresariais diretos ou de garantir uma mudança favorável na política (Nyberg, 2021). Esses argumentos precisam ser considerados empiricamente, pois já existe a constatação de pesquisadores responsáveis por identificar a significativa negligência da psicologia forense em estudar os crimes do colarinho-branco (Clarkson & Darjee, 2022).

Teoria da História de Vida Organizacional

Haidt (2012) propõe formas inovadoras de entender o funcionamento das organizações empresariais, associando-as de maneira análoga ao funcionamento de superorganismos, os quais buscam como princípios básicos sobreviver e promover a sinergia de seus recursos para garantir a sua sobrevivência. Morgan (2011) elaborou metáforas para aprofundar o entendimento das organizações, e dentre elas a associação destas como organismos vivos. Essa perspectiva interdisciplinar, orientada em parte pelas teorias da Psicologia Evolucionista encontra simultaneamente fundamentos na Teoria Geral dos Sistemas, a qual proporciona uma análise da complexidade das relações estudadas, principalmente a partir da premissa de que *o todo é maior do que a soma das partes*, premissa esta derivada da Gestalt (Von Bertalanffy, 1968). De acordo com Von Bertalanffy (1968, 1972), se a ciência soubesse todas as partes que compõem um sistema e todas as relações entre elas, o comportamento do sistema poderia ser estudado a partir do comportamento das partes. Entretanto, como existe uma lacuna no conhecimento, a busca por entender os fenômenos enquanto sistemas abertos, ou seja, que se relacionam entre si e com o ambiente em que estão inseridos, é fundamental para mapear as correlações e poder descrever os fenômenos de forma a criar perspectivas científicas multidimensionais.

Um dos principais propósitos da Teoria Geral dos Sistemas é buscar a integração dos ramos das ciências individuais, aproximando-nos da unidade da ciência, principalmente observando a tendência de integração das ciências naturais e sociais (Bertalanffy, 1968). Inicialmente desenvolvida pelas ciências biológicas, a Teoria Geral dos Sistemas adequou-se às ciências sociais, tornando-se uma das bases para o desenvolvimento da Abordagem Sistêmica na Administração (Neves & Maciel, 2022; Oliveira & Portela, 2006). Essas premissas foram utilizadas para o desenvolvimento de teorias como a Teoria dos Sistemas Adaptativos Complexos (Lansing, 2003), a qual descreve que sistemas compostos por agentes interconectados têm a capacidade de se adaptar e evoluir em resposta a mudanças no ambiente. Dessa forma, as organizações passam a ser analisadas como sistemas complexos e abertos, compostas por subsistemas que interagem entre si e com o meio ambiente em que estão inseridas com o objetivo de garantir a sua sobrevivência (Santos & Alvares, 2022), inclusive por meio das analogias entre sistemas vivos (organismos) e sistemas organizados (organizações), utilizando conceitos de ecologia e sustentabilidade no âmbito das empresas (Kuzma et al., 2017). Antes da análise sistêmica, os psicólogos infantis estudavam a criança, os sociólogos estudavam a família, os administradores estudavam as organizações, os antropólogos estudavam a sociedade, os economistas estudavam a economia e os cientistas políticos estudavam a estrutura governamental ampla (Hertler et al., 2018).

A Teoria da História de Vida Organizacional (THV-O) constrói suas premissas a partir da multidisciplinaridade nas áreas da ciência, utilizando a Teoria Geral dos Sistemas, apropriando-se de modelos teóricos da biologia, psicologia, ciências sociais e do direito, para que de forma sistêmica possa-se buscar desvelar as complexas maneiras em que as partes se correlacionam e se influenciam mutuamente, principalmente porque, seja a personalidade o que for, ela com certeza faz parte de um sistema (Allport, 1961). Essa visão multidisciplinar encontra amparo nas pesquisas científicas que sugerem a necessidade de mais equilíbrio entre a validade interna e ecológica na pesquisa em psicologia aplicada, sugerindo que, em virtude da baixa validade ecológica, vários estudos não são adotados por profissionais inseridos no mundo real (Banks et al., 2016; Fischer & Ashkenazi, 2024). Sugerem aumentar a validade ecológica e, consequentemente, aumentar a probabilidade de serem utilizados em contextos do mundo real, através da inclusão de profissionais de diferentes áreas de atuação e do conhecimento, fornecendo maiores insights sobre as deficiências ecológicas das propostas de pesquisa.

Desenvolvendo a análise sistêmica multidisciplinar, a Teoria da História de Vida Organizacional (THV-O) busca explicar as dinâmicas complexas nas quais as organizações impactam os aspectos psicológicos dos indivíduos que fazem parte de seus quadros de recursos humanos. Ao considerar as organizações como sistemas abertos que se assemelham a organismos vivos, propõe-se a analisá-las a partir da Teoria da História de Vida (Hertler et al., 2018), a qual sustenta que os organismos inseridos em ambientes com escassez de recursos realizarão compensações no esforço alocado para resolver problemas adaptativos evolutivos. Em síntese, quando inserido em um ambiente de alto estresse e de incertezas, o indivíduo pode decidir focar todas as suas energias em sobreviver, abandonando temporariamente qualquer esforço que não seja focado neste objetivo imediato. Com base nestes argumentos, desenvolve-se a hipótese de que as organizações, enquanto superorganismos, de forma análoga, também têm a alocação de seus recursos influenciada pelo ambiente em que estão inseridas. A Teoria da História de Vida vem sendo adotada para aprofundar o conhecimento em determinadas áreas da ciência, sendo a THV-E (Teoria da História de Vida na Biologia Evolutiva) e a THV-P (Teoria da História de Vida na Psicologia) (Frankenhuis & Nettle, 2020; Silva Junior et al., 2024; Yang et al., 2022). O que se propõe neste artigo é a utilização da Teoria da História de Vida para analisar as Organizações (THV-O).

A THV-O sustenta que a análise da incidência de constructos como a manifestação de traços de psicopatia e a manifestação de comportamento desviante no trabalho devem considerar as características do ambiente em que a própria organização está inserida. Empresas que estão

inseridas em ambientes com baixa concorrência, mercado a ser explorado em expansão e grandes barreiras de entrada, definidos como *Blue Ocean* (Kim & Mauborgne, 2005), os quais de forma análoga podem ser considerados ambientes com "baixo estresse" e "abundância de recursos", se comportariam como organismos que utilizam uma estratégia de história de vida "lenta". Isso significa que o foco deixa de ser exclusivamente o lucro e o resultado, ou seja, "sobreviver". O foco passa a pensar no investimento de longo prazo, da mesma forma que os organismos que utilizam essa estratégia.

De forma oposta, empresas que estão inseridas em ambientes externos sem barreiras de entrada, com alta concorrência e mercado saturado, definidos como *Red Ocean* (Kim & Mauborgne, 2005), os quais de forma análoga podem ser considerados ambientes com "alto estresse" e "escassez de recursos", se comportariam como organismos que utilizam uma estratégia de história de vida "rápida". Isso significa que priorizariam a alocação de recursos exclusivamente para a sobrevivência imediata, o que no caso das empresas seria o foco exclusivo no lucro e nos resultados operacionais da organização. Empresas com essas características poderiam, em tese, se beneficiar de colaboradores internos que manifestem altos traços de psicopatia.

Um conceito que sustenta essa Teoria da História de Vida Organizacional é a *emersão nas organizações*: refere-se ao processo pelo qual características, comportamentos ou padrões individuais se combinam e se transformam em fenômenos coletivos ou organizacionais. Este processo ocorre quando as qualidades ou ações de indivíduos dentro de uma organização se unem para formar padrões que são distintos e mais complexos do que a soma de suas partes individuais (Cortez & Zerbini, 2020). Esse processo de *emersão* demonstra a complexidade resultante da dinâmica da natureza que caracteriza as organizações, tanto no nível micro, meso e macro, referindo-se à transformação de fenômenos do nível micro que dão lugar a constructos coletivos (meso ou macros) (Puente-Palacios et al., 2016). O comportamento deixa de ser parte de um ou outro membro e se transforma em elemento que perpassa todos os integrantes, afetando a cultura e o clima organizacional. De forma complementar, outro conceito que sustenta a THV-O é a teoria do *isomorfismo organizacional* (DiMaggio & Powell, 1983). As organizações demonstram tendências de convergir suas práticas, estruturas e culturas a partir das pressões exercidas pelo ambiente em que estejam inseridas (DiMaggio & Powell, 2005). Destaca-se a Teoria da Agência ou Teoria do Agente Principal, a qual promove sustentação para a THV-O quando apresenta que, quando os conflitos entre os interesses dos atores que compõem o sistema entram em conflito direto (organização versus administrador versus sócios versus funcionários), estes podem ativar os traços de personalidade psicopática (Berle & Means, 1991/2017).

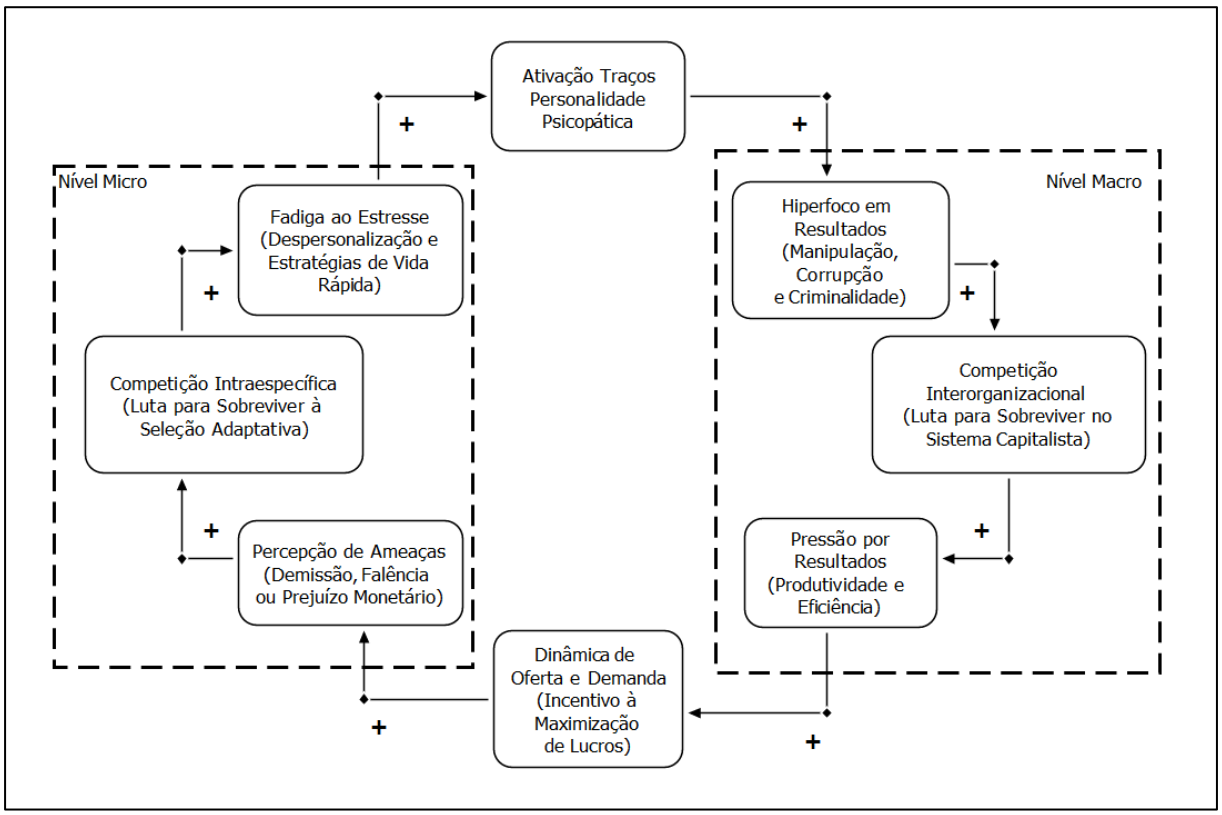
As organizações são partes que compõem o sistema no qual os indivíduos que manifestam traços de psicopatia estão inseridos, devendo-se considerar o papel ativo das empresas em selecionar estes indivíduos para atuarem em seus quadros funcionais, e o impacto das características do ambiente no qual a empresa está inserida terá no desenvolvimento/ativação dos traços de personalidade psicopática (Debusscher et al., 2016). Alguns traços que compõem a psicopatia bem-sucedida, como destemor e ousadia, correlacionam-se positivamente com o desempenho em ambientes de alta pressão (Wallace et al., 2024) e também positivamente com a competitividade (Colangelo et al., 2023). Ao supostamente selecionar indivíduos que manifestem altos traços de personalidade psicopática e submetê-los a uma situação de alto estresse, grande competitividade e permanente risco de demissão, as organizações podem auxiliar a criação de uma cultura organizacional que seja ativamente responsável por promover o sofrimento social e a percepção de injustiça na sociedade em que está inserida, principalmente a partir dos conceitos de *emersão nas organizações* e *isomorfismo organizacional*. Isso atinge níveis extremos quando se identifica que o modelo capitalista estruturado em nossa sociedade associa a ideia de que o indivíduo que não produz, não existe (Arfeli & Gradella Junior, 2023; Balenciaga, 2008). Quando uma organização que adota uma estratégia de História de Vida "rápida" submete seus colaboradores internos a uma permanente pressão de demissão caso não atinjam resultados e metas, esta promove a ativação dos traços de personalidade psicopática como estratégia de sobrevivência do indivíduo.

De forma geral, as empresas que estão inseridas em um ambiente externo com abundância de recursos, com barreiras de entradas para novos concorrentes (Azevedo et al., 2002), mercado em expansão e baixa concorrência, ou seja, baixo estresse (Yunus & Sijabat, 2021) poderão alocar recursos diretamente no bem-estar de seus colaboradores internos, de forma análoga à Teoria da História de Vida "lenta" e sua correlação negativa com a manifestação dos traços psicopáticos (Figueredo et al., 2006; Glenn & Raine, 2009; Jonason et al., 2010). Entretanto, as empresas que estão inseridas em um ambiente externo de alto estresse, com recursos escassos, alta competitividade, saturação de mercado e sem qualquer barreira de entrada para novos concorrentes, poderão comportarem-se como organismos que priorizam a sobrevivência, de forma análoga à Teoria da História de Vida "rápida" e sua correlação positiva com a manifestação de traços de psicopatia. Conforme destacado por Cortez e Pereira (no prelo), a análise da força de atração entre as características individuais e as organizacionais não deve negligenciar o papel ativo das corporações em atrair os indivíduos que tenham a facilidade de manifestar, de forma subclínica, os traços de personalidade psicopática nos casos em que esses traços sejam desejáveis ao padrão cultural

institucional predominante. Maung (2021) destacou que as teorias sistêmicas podem facilitar a compreensão de como a psicopatia é causada, capturando as formas dinâmicas e contingentes pelas quais os vários fatores interagem, principalmente pela causalidade multifatorial e a complexidade do desenvolvimento dos traços de psicopatia, como pela capacidade de desenvolvimento de intervenções, cruciais para superar os desafios morais, legais e sociais colocados pela psicopatia. O processo proposto pela THV-O consta apresentada na Figura 1.

Figura 1

Processo proposto pela THV-O



No nível micro (individual), a ativação dos traços de personalidade psicopática pode ter origem genética, social, familiar, neurobiológica, cognitiva e ambientais. Através do isomorfismo organizacional, esses traços de personalidade psicopática podem ser manifestados através de traços de psicopatia primária, em geral definida como psicopatia bem-sucedida, ou através de traços de psicopatia secundária, geralmente psicopatia malsucedida. O processo de emersão organizacional promove a transformação do comportamento individual afetando a cultura e o clima organizacional. No nível macro (institucional), fatores ambientais demonstram a capacidade de influenciar a ativação da História de Vida Rápida Organizacional (THV-O), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1

Fatores nível macro que influenciam as organizações (THV-O)

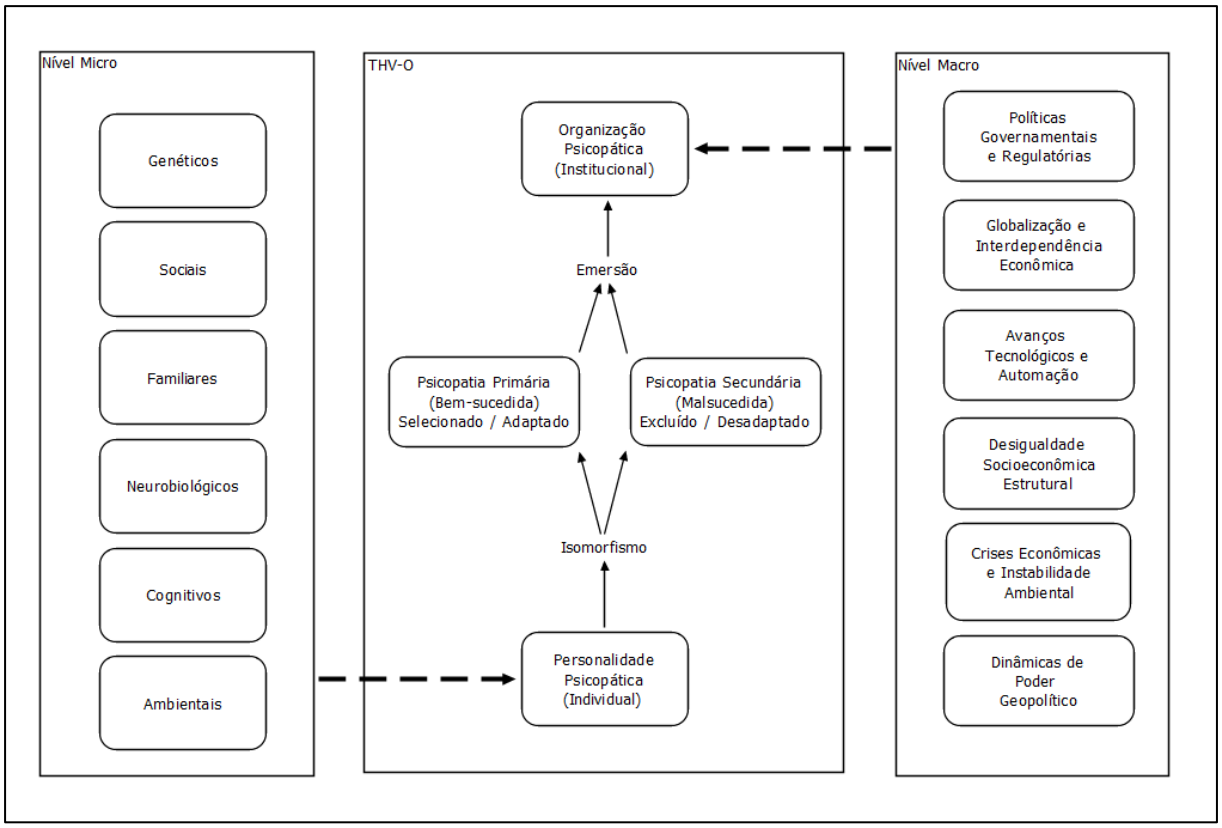
Nível Macro	Fatores
Políticas Governamentais e Regulatórias	Legislação trabalhista flexível: Aumenta a precarização e a competição por empregos. Incentivos fiscais agressivos: Favorecem organizações que priorizam lucro sobre ética. Falta de regulamentação antitruste: Permite monopólios e práticas predatórias.
Globalização e Interdependência Econômica	Pressão por competitividade internacional: Exige cortes de custos e otimização extrema. Deslocalização de empresas: Gera incerteza e estresse em mercados locais. Padrões culturais transnacionais: Normalizam comportamentos agressivos como "eficientes".
Avanços Tecnológicos e Automação	Substituição de mão de obra humana: Intensifica a competição intraespecífica por vagas qualificadas. Big Data e vigilância organizacional: Facilitam a manipulação de stakeholders e consumidores.

Nível Macro	Fatores
	Velocidade da inovação: Exige adaptação constante, reforçando traços como impulsividade e falta de escrúpulos.
Desigualdade Socioeconômica Estrutural	Concentração de renda: Cria hierarquias rígidas, onde a ascensão depende de comportamentos exploratórios. Acesso desigual a recursos: Gera conflitos por oportunidades (ex: educação, crédito). Marginalização de grupos: Incentiva a competição predatória entre os mais vulneráveis.
Crises Econômicas e Instabilidade	Recessões e inflação: Amplificam a percepção de perigo (ex: desemprego em massa). Especulação financeira: Recompensa a tomada de riscos sem consideração ética. Ciclos de boom e colapso: Normalizam a "sobrevivência do mais implacável".
Cultura de Consumo e Valores Sociais	Culto ao individualismo: Reduz a cooperação e incentiva a rivalidade. Valorização do sucesso material: Associa traços psicopáticos (ex: ambição desmedida) a "liderança eficaz". Normalização da exploração: Justifica práticas antiéticas como "estratégias de mercado".
Dinâmicas de Poder Geopolítico	Guerras comerciais: Aumentam a pressão por dominação de mercado. Colonialismo econômico: Exportação de modelos capitalistas predatórios para países em desenvolvimento. Alianças corporativas transnacionais: Criam oligopólios que eliminam concorrentes éticos.

Para fundamentar ainda mais essa abordagem integrativa, a Figura 2 ilustra o diagrama da estrutura sistêmica proposto pela Teoria da História de Vida Organizacional (THV-O), que destaca as interações dinâmicas entre disposições individuais, culturas organizacionais e forças macroestruturais. Em vez de tratar a psicopatia como um traço estático inerente ao indivíduo, a THV-O a reconceitualiza como uma expressão contingente moldada por pressões ambientais em múltiplos níveis. O modelo é estruturado em três níveis analíticos - micro, meso e macro - cada um representando um domínio de influência distinto, porém interdependente.

Figura 2

Diagrama da Estrutura Sistêmica da THV-O



No nível micro, os traços psicopáticos emergem de uma interação complexa entre fatores genéticos, sociais, familiares, neurobiológicos, cognitivos e ambientais (Alho et al., 2022). Essas

dimensões não representam determinantes fixos, mas variáveis dinâmicas que podem predispor indivíduos a comportamentos antissociais ou emocionalmente desregulados, especialmente quando inseridos em ambientes iniciais adversos ou imprevisíveis (Ene et al., 2022; Krupp et al., 2013; Paulhus, 2014; Nowakowski, 2022). Importante destacar que tais traços podem permanecer latentes ou ser socialmente compensados, a menos que sejam ativados por estressores contextuais ou por permissividades institucionais (Nentjes et al., 2022).

O nível meso, representado no centro do modelo, capta as dinâmicas organizacionais que modulam, selecionam ou suprimem esses traços. Por meio de um processo de *isomorfismo organizacional* (DiMaggio & Powell, 2005), indivíduos cujos perfis psicológicos se alinham com as normas institucionais e estruturas de recompensa - como competitividade, distanciamento emocional ou dominância - são seletivamente retidos e até promovidos. Esse processo de seleção diferencia o que o modelo denomina psicopatia primária (bem-sucedida) e psicopatia secundária (malsucedida) (Colangelo et al., 2023; Lilienfeld et al., 2015; Wallace et al., 2024). A psicopatia primária é socialmente adaptada e instrumentalizada em ambientes de alto desempenho, enquanto a psicopatia secundária é marginalizada devido à sua evidente "desadaptação" e desregulação comportamental (Levenson et al., 1995; Rodríguez et al., 2018). Ao longo do tempo, esses processos seletivos dão origem a fenômenos organizacionais emergentes, nos quais traços individuais são ampliados e incorporados em lógicas, normas e culturas institucionais - levando, em alguns casos, à formação de organizações psicopáticas que operam com um desrespeito sistêmico por considerações éticas, emocionais ou pró-sociais (Cortez & Zerbini, 2020; Puente-Palácios et al., 2016).

O nível macro contextualiza esses fenômenos organizacionais dentro de condições estruturais mais amplas. Estas incluem mercados de trabalho desregulados, aceleração tecnológica, desigualdade econômica, instabilidade geopolítica e ideologias culturais de meritocracia e hiperindividualismo (Ribeiro et al., 2019). Tais ambientes funcionam como ecologias saturadas de estresse que favorecem estratégias de vida rápida, caracterizadas por foco no curto prazo, baixo investimento em vínculos sociais e exploração oportunista de recursos - incluindo o capital humano (Babiak & Hare, 2006; Fritzon et al., 2020; Mathieu, 2022). Nesse sentido, a macroestrutura não apenas permite, mas incentiva climas organizacionais mais propensos a ativar estratégias psicopáticas de sobrevivência e dominação.

Assim, a THV-O propõe uma ontologia sistêmica da psicopatia-em-contexto, conectando explicações disposicionais e estruturais do comportamento desviante no ambiente de trabalho. Ela elucida como traços individuais, antes vistos como desvios patológicos, podem, na verdade, ser produzidos institucionalmente, socialmente recompensados e economicamente funcionais sob configurações organizacionais e societais específicas (Boddy, 2009; Clarkson & Darjee, 2021; Collins & Schmidt, 1993; Mathieu, 2022). Esse modelo explicativo permite uma transição de uma abordagem que patologiza os indivíduos para uma que interroga os ambientes que nutrem e normalizam seus traços mais adaptativos - mas eticamente corrosivos. Ao fazê-lo, oferece uma lente poderosa para repensar não apenas a má conduta corporativa e os crimes de colarinho branco, mas também as patologias latentes dos sistemas nos quais eles florescem.

Considerações Finais

A Psicologia tem se concentrado, cada vez mais, no estudo dos traços de personalidade responsáveis pelo sofrimento social, com a psicopatia emergindo como um constructo central nos debates contemporâneos. Este artigo propôs a Teoria da História de Vida Organizacional (THV-O) como um referencial transdisciplinar que integra contribuições da psicologia evolutiva, dos estudos organizacionais, da economia comportamental e da sociologia criminológica para compreender como determinadas ecologias organizacionais promovem ou suprimem a psicopatia subclínica e comportamentos desviantes.

Ao conectar pressões institucionais de nível macro, culturas organizacionais de nível meso e traços psicológicos de nível micro, a THV-O oferece uma perspectiva sistêmica sobre como fenótipos comportamentais emergem em ambientes específicos. As organizações não são arenas neutras, mas ecologias ativas que recompensam traços - como distanciamento emocional, busca por risco e empatia instrumental - quando a sobrevivência e o desempenho são priorizados em detrimento da ética e da humanização. Importante destacar que esse referencial permite problematizar os custos da psicopatia em contextos organizacionais, indo além do nível individual para expor as consequências estruturais, psicossociais e financeiras. Estas incluem culturas de liderança tóxicas, normalização de práticas antiéticas, comprometimento do bem-estar dos colaboradores, aumento da rotatividade, danos reputacionais e perdas econômicas relacionadas a fraudes, corrupção e desengajamento. Nesse sentido, a psicopatia subclínica representa não apenas uma questão ética e de saúde, mas também um significativo fator de risco organizacional, com impactos sistêmicos mensuráveis.

A reflexão aqui proposta - se indivíduos com traços psicopáticos se infiltram nas organizações ou se as próprias organizações cultivam e se beneficiam desses traços - é reformulada pela THV-O como uma falsa dicotomia. A teoria sugere uma relação mutuamente reforçadora, na qual ambientes organizacionais moldados por alta competitividade, desregulação e racionalidade instrumental

podem, simultaneamente, atrair, selecionar e reforçar comportamentos alinhados a estratégias de vida rápida e fenótipos psicopáticos.

Em última instância, este artigo busca contribuir para uma compreensão mais integrada e ecologicamente válida do comportamento organizacional desviante. Ao situar a psicopatia dentro de uma matriz evolutivo-organizacional, a THV-O oferece novas direções para a prevenção, intervenção e regulação de políticas, especialmente no desenvolvimento de liderança, na governança corporativa e na saúde mental ocupacional. Pesquisas futuras devem expandir as aplicações empíricas do modelo e aprofundar a análise das variáveis contextuais que moldam a trajetória de expressão da personalidade nas instituições e na sociedade contemporâneas.

Referências

Akhtar, R., Ahmetoglu, G., Chamorro-Premuzic, T. (2012). Greed is good? Assessing the relationship between entrepreneurship and subclinical psychopathy. *Personality and Individual Differences, 54*, 420-425. http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2012.10.013

Aktipis, A., de Aguiar, R., Flaherty, A., Iyer, P., Sonkoi, D., & Cronk, L. (2016) Cooperation in an uncertain world: for the maasai of east africa, need-based transfers outperform account-keeping in volatile environments. *Human Ecology, 44*, 353–364. https://doi.org/10.1007/s10745-016-9823-z

Alexander, R. D. (1987/2017). *The biology of moral systems* (1st Edition). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203700976

Allport, G. W. (1961) *Pattern and growth in personality*. Harvard University Press.

Alho, L., Paulino, M., Marques, P. B., & Meloy, J. R. (2022). The emergence and development of psychopathy. *Psycopathy and Criminal Behavior: Current Trends and Challenges* (1ª Ed, 17-42). *Academic Press.* https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811419-3.00020-0

Alzola, M. (2013). Corporate Dystopia. *Business & Society, 52*(3), 388-426. https://doi:10.1177/0007650312474952

Andrade, R. C. O. L. de, (2020) Atuação empresarial ilícita, organização criminosa e o desenvolvimento econômico. *Revista Espaço Acadêmico, 19*(*221*), 50-65. https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52608

Anestis, J. C., Green, B. A., Arnau, R. C., & Anestis, M. D. (2017). Psychopathic personality traits in the military: an examination of the levenson self-report psychopathy scales in a novel sample. *Assessment*, *26*(4), 670-683. https://doi.org/10.1177/1073191117719511

Araújo, J. G. N. de, Soeiro, T. de M., Matos, F. J. S. de, & Bautista, D. C. G. (2020). Jeitinho brasileiro, corrupção e contabilidade. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças, 8*(2), 43–55. https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2020v8n2.48165

Arfeli, G. F. M., & Gradella Júnior, O. (2023). Psicopatia como ideologia: um instrumento de manutenção da sociedade capitalista. *Revista Psicologia E Saúde*, *15*(1). https://doi.org/10.20435/pssa.v15i1.1831

Arrigo, B. A., & Shipley, S. (2001). The confusion over psychopathy (i): historical considerations. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 45*(3), 325-344. https://doi.org/10.1177/0306624X01453005

Ashton, M., Lee, K., & De-Vries, R. E. (2014). The HEXACO honesty-humility, agreeableness, and emotionality factors: a review of research and theory. *Personality and Social Psychology Review*, *18(*2), 139-52. https://doi.org/10.1177/1088868314523838

Axelrod, R., & Hamilton, W. (1981). The evolution of cooperation. *Science, 211*(4489), 1390–1396. https://doi.org/10.1126/science.7466396

Ayala, F. J., & Campbell, C. A. (1974). Frequency-dependent selection. *Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics, 5*. https://doi.org/10.1146/annurev.es.05.110174.000555

Azevedo, G. M. de, Silva, G. S. F. e, Carvalho, H. F., & Silva, J. F. da (2002) Dissuasão de entrada, teoria dos jogos e Michael Porter – convergências teóricas, diferenças e aplicações à administração estratégica. *Caderno de Pesquisas em Administração. 9*(3). http://www.cyta.com.ar/ta0204/v2n4a1/v2n4a1.htm

Babiak, P. (2016). Psychopathic manipulation at work. In C. B. Gacono (Ed.), *The clinical and forensic assessment of psychopathy: A practitioner's guide* (pp. 353–373) https://doi.org/10.4324/9781315764474

Babiak, P., & Hare, R. D., (2006) *Snakes in suits: when psychopaths go to work*. HarperCollins.

Babiak, P., Neumann, C. S., & e Hare, R. D. (2010). *Corporate psychopathy: talking the walk*. Wiley InterScience. https://doi.org/10.1002/bsl.925

Balenciaga, I. J. (2008). Psicopatía: pandemia de la modernidad. *Nómadas: Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas, 19*. http://www.ucm.es/info/nomadas/19/ijbalenciaga.pdf

Banks, G. C., Pollack, J. M., Bochantin, J. E., Kirkman, B. L., Whelpley, C. E., & O´Boyle, E. H. (2016). Management's Science–Practice Gap: A Grand Challenge for All Stakeholders. *Academy of Management Journal, 59*(6). https://doi.org/10.5465/amj.2015.0728

Barnard, J. W. (2008). Securities fraud, recidivism, and deterrence. *Faculty Publications, 161*, 189–227. https://scholarship.law.wm.edu/facpubs/161

Barr, K. N., & Quinsey, V. L. (2004). Is psychopathy a pathology or a life strategy? Implications for social policy. In: C. Crawford, & C. Salmon (Eds.), *Evolutionary psychology, public policy, and personal decisions* (pp. 293–317). Psychology Press.

Bennett, R. J., & Robinson, S. L. (2000). Development of a measure of workplace deviance. *Journal of Applied Psychology, 85*(3), 349–360. https://doi.org/10.1037/0021-9010.85.3.349

Bennett, R. J., Galperin, B. L., Wang, L., & Shukla, J. (2024). Norm-violating behavior in organizations: a comprehensive conceptual review and model of constructive and destructive norm-violating behavior. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 11*, 481-507. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-110721-043001

Benson, M. L., & Simpson, S. S. (2009/2018). *White collar crime: An opportunity perspective*. Routledge.

Berle, A. A., & Means, G. C. (1991/2017). *The modern corporation and private property*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315133188
Bleidorn, W. (2024). Toward a theory of lifespan personality trait development. *Annual Review of Developmental Psychology, 6*(1), 455-478. https://doi.org/10.1146/annurev-devpsych-010923-101709
Bleidorn, W., Hill, P. L., Back, M. D., Denissen, J. J. A., Hennecke, M., Hopwood, C. J., Jokela, M., Kandler, C., Lucas, R. E., Luhmann, M., Orth, U., Wagner, J., Wrzus, C., Zimmermann, J., & Roberts, B. (2019). The policy relevance of personality traits. *American Psychologist, 74*(9), 1056–1067. https://doi.org/10.1037/amp0000503
Bleidorn, W., Schwaba, T., Zheng, A., Hopwood, C. J., Sosa, S. S., Roberts, B. W., & Briley, D. A. (2022). Personality stability and change: A meta-analysis of longitudinal studies. *Psychological Bulletin, 148*(7-8), 588–619. https://doi.org/10.1037/bul0000365
Blickle, G., Schlegel, A., Fassbender, P., & Klein, U. (2006), Some Personality Correlates of Business White-Collar Crime. *Applied Psychology*, *55*, 220-233. https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2006.00226.x
Boddy, C. R. (2009). *Corporate psychopaths in Australian workplaces: their influence on organizational outcomes*. Curtin University of Technology: Perth, Western Australia. http://hdl.handle.net/20.500.11937/2594
Boddy, C. R. P., Ladyshewsky, R., & Galvin, P. (2010). Leaders without ethics in global business: Corporate psychopaths. *Journal of Public Affairs, 10*(3*), 121–138.* https://doi.org/10.1002/pa.352
Boddy, C. R. (2011). *Corporate psychopaths: Organizational destroyers*. Basingstoke: Palmgrave Macmillan. ISBN 978-0-230-28472-2. https://doi.org/10.1057/9780230307551
Boddy, C. R. (2023). Is the Only Rational Personality that of the Psychopath? Homo Economicus as The Most Serious Threat to Business Ethics Globally. *Humanistic Management Journal, 8*, 315–327. https://doi.org/10.1007/s41463-023-00150-y
Boddy, C. R., Taplin, R., Sheehy, B. and Murphy, B. (2022), Finding psychopaths in white-collar jobs: a review of the evidence and why it matters. *Society and Business Review, 17*(2), 217-235. https://doi.org/10.1108/SBR-05-2021-0060
Bonfá-Araújo, B., Machado, G. M., Lima-Costa, A. R., Otoni, F., Nadeem, M., & Jonason, P. K. (2025). Testing the distinction between sadism and psychopathy: A metanalysis. *Personality and Individual Differences, 235*. https://doi.org/10.1016/j.paid.2024.112973
Book, A. S., & Quinsey, V. L. (2004). Psychopaths: cheaters or warrior-hawks? *Personality and Individual Differences, 36*(1), 33–45. https://doi.org/10.1016/s0191-8869(03)00049-7
Book, A. S., Quinsey, V. L., & Langford, D. (2007). Psychopathy and the Perception of Affect and Vulnerability. *Criminal Justice and Behavior*, *34*(4), 531-544. https://doi.org/10.1177/0093854806293554
Bouchard, T.J., Loehlin, J.C. (2001). Genes, evolution, and personality. *Behavior Genetics, 31*, 243–273. https://doi.org/10.1023/A:1012294324713
Bourke, A. F. G. (2011). The validity and value of inclusive fitness theory. *Proceedings of the Royal Society B*. http://doi.org/10.1098/rspb.2011.1465
Bowlby, J. (1979). The Bowlby-Ainsworth attachment theory. *Behavioral and Brain Sciences, 2*(4), 637–638. http://doi.org/10.1017/S0140525X00064955
Bramoullé, Y., & Kranton, R. E. (2024). Altruism networks and economic relations. *Journal of Economic Behavior & Organization, 226*. https://doi.org/10.1016/j.jebo.2024.106687
Batchelder, L., Brosnan, M., & Ashwin, C. (2017). The development and validation of the Empathy Components Questionnaire (ECQ). *PLoS ONE, 12*(1). https://doi.org/10.1371/journal.pone.0169185
Bensalah, L., Caillies, S., & Anduze, M. (2016). Links among cognitive empathy, theory of mind, and affective perspective taking by young children. *The Journal of Genetic Psychology, 177*(1), 17–31. https://doi.org/10.1080/00221325.2015.1106438
Brazil, K.J., Book, A.S., Volk, A.A. (2019). Evolutionary forensic psychology. Em T. Shackelford & V. Weekes-Shackelford (Eds), *Encyclopedia of Evolutionary Psychological Science*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-16999-6_2842-1
Brazil, K. J., Dias, C. J., & Forth, A. E. (2021). Successful and selective exploitation in psychopathy: Convincing others and gaining trust. *Personality and Individual Differences, 170.* https://doi.org/10.1016/j.paid.2020.110394
Bronchain, J., Raynal, P., & Chabrol, H. (2020). Heterogeneity of adaptive features among psychopathy variants. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, *11*(1), 63-68. https://psycnet.apa.org/buy/2019-58551-001
Buss, D. M. (2009). How Can Evolutionary Psychology Successfully Explain Personality and Individual Differences? *Perspectives on Psychological Science, 4*(4), 359–366. https://doi.org/10.1111/j.1745-6924.2009.01138.x
Buss, D. (2019). *Evolutionary psychology: the new science of the mind* (6th Edition). Routledge.
Buss, D. M., & Duntley, J. D. (2008). Adaptations for exploitation. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice, 12*(1), 53–62. https://doi.org/10.1037/1089-2699.12.1.53
Cameron, C. D., Hutcherson, C. A., Ferguson, A. M., Scheffer, J. A., Hadjiandreou, E., & Inzlicht, M. (2019). Empathy is hard work: People choose to avoid empathy because of its cognitive costs. *Journal of Experimental Psychology: General, 148*(6), 962–976. https://doi.org/10.1037/xge0000595
Camilleri, J. A., Kuhlmeier, V. A., & Chu, J. Y. Y. (2010). Remembering helpers and hinderers depends on behavioral intentions of the agent and psychopathic characteristics of the observer. *Evolutionary Psychology, 8*(2), 303-316. https://doi.org/10.1177/147470491000800213
Campos, C., Pasion, R., Azeredo, A., Ramião, E., Mazer, P., Macedo, I., & Barbosa, F. (2022). Refining the link between psychopathy, antisocial behavior, and empathy: A meta-analytical approach across different conceptual frameworks. *Clinical Psychology Review, 94*(1). https://doi.org/10.1016/j.cpr.2022.102145
Cantor, C. H. (2001). Evolution, biological reductionism and closed minds. *British Journal of Psychiatry, 179*(4), 370-371. https://doi.org/10.1192/bjp.179.4.370-a
Chen, F. R., Fung, A. L. C., & Raine, A. (2019). The cognitive, affective, and somatic empathy scales (CASES): Cross-cultural replication and specificity to different forms of aggression and victimization. *Journal of Personality Assessment, 103*(1), 80–91. https://doi.org/10.1080/00223891.2019.1677246

Cheng, C., Guo, P., Yang, L., & Wang, M. (2021). A cognition-affective processing framework of psychopathy based on the triarchic model. *Advances in Psychological Science, 29*(9), 1628–1646. https://doi.org/10.3724/SP.J.1042.2021.01628
Clarkson, R., & Darjee, R. (2022). White-collar crime: a neglected area in forensic psychiatry? *Psychiatry, Psychology and Law*, *29*(6), 926–952. https://doi.org/10.1080/13218719.2021.1995522
Cleckley, H. M. (1941/1988) *The mask of sanity: an attempt to clarify some issues about the so-called psychopathy personality* (5th ed.). Mosby.
Clinard, M. B., Yeager, P. C, Brissette, J, Petrashek, D & Harries, E. (1979). *Illegal corporate behavior*. Washington: U. S.: Department of Justice. https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/Digitization/57893NCJRS.pdf
Colangelo, J., Smith, A., Buadze, A., & Liebrenz, M. (2023). Beyond a Game: A Narrative Review of Psychopathic Traits in Sporting Environments. *Sports*, *11*(11), 228. https://doi.org/10.3390/sports11110228
Cortez, P. A., Miranda, J., & Pereira, R. (2024) Propriedades psicométricas da escala de comportamento desviante no trabalho - versão reduzida (WDS-SF). *Interamerican Journal of Forensic Psychology, 1*(1), 64-77. https://doi.org/10.35168/2966-3466.UTP.ijfp.Y.Vol1.N1.pp64-77
Cortez, P. A., & Pereira, R. P. (no prelo). Personalidade Sombria nas Organizações e no Trabalho. Em B. Bonfá-Araujo, A. R. Lima-Costa, & R. P. Monteiro (Orgs.), *O lado sombrio da humanidade: Explorando a personalidade sombria e seu impacto na sociedade* (pp. prelo). Editora.
Cortez, P. A., & Zerbini, T. (2020). Fundamentos, aplicações e metodologias para a gestão baseada em evidências. In: A. Caetano, J. Neves, & J. M. C. Ferreira. (Org.). *Psicossociologia das Organizações - Fundamentos e Aplicações*. 1ed. Lisboa: Edições Sílabo, 625-650.
Cortez, P. A., Zerbini, T., & Veiga, H. M. da S. (2019) Práticas humanizadas de gestão de pessoas e organização do trabalho: para além do positivismo e do dataísmo. ENSAIO. *Trabalho, Educação e Saúde, 17*(3). https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00215
Cosmides, L., & Tooby, J. (1989). Evolutionary psychology and the generation of culture, part II. *Ethology and Sociobiology, 10*(1-3), 51–97. https://doi.org/10.1016/0162-3095(89)90013-7
Cosmides, L., & Tooby, J. (1992). Cognitive adaptations for social exchange. Em J. H. Barkow, L. Cosmides, & J. Tooby (Eds.), *The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture,* 163–228. Oxford University Press. https://www.cep.ucsb.edu/wp-content/uploads/2023/05/Cogadapt.pdf
Costa, P. T., McCrae, R. R., & Löckenhoff, C. E. (2019). Personality across the life span. *Annual Review of Psychology, 70*, 423-448. https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-103244
Collins, J. M., & Schmidt, F. L. (1993). Personality, integrity, and white collar crime: a construct valid study. *Personnnel Psychology, Inc.*, *46*(2). https://doi.org/10.1111/j.1744-6570.1993.tb00875.x
Cox, C. L., Uddin, L. Q., Di Martino, A., Castellanos, F. X., Milham, M. P., Kelly, C. (2012). The balance between feeling and knowing: affective and cognitive empathy are reflected in the brain's intrinsic functional dynamics. *Social Cognitive and Affective Neuroscience, 7*(6), 727–737. https://doi.org/10.1093/scan/nsr051
Crawford, C., & Salmon, C. (2002) Psychopathology or adaptation? genetic and evolutionary perspectives on individual differences and psychopathology. *Neuroendocrinology Letters Special Issue, 23*(4). https://www.nel.edu/userfiles/articlesnew/NEL231002R04.pdf
Croom, S., Fritzon, K., & Brooks, N. (2021). Personality differences and buyer-supplier relationships: Psychopathy in executives, gender differences and implications for future research. *Journal of Purchasing and Supply Management, 27*(4), 100721. https://doi.org/10.1016/j.pursup.2021.100721
Dadds, M. R., Hawes, D. J., Frost, A. D. J., Vassallo, S., Bunn, P., Hunter, K., & Merz, S. (2009). Learning to 'talk the talk': The relationship of psychopathic traits to deficits in empathy across childhood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 50*(5), 599–606. https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.02058.x
Dåderman, A. M., & Basinska, B. A. (2021). Evolutionary benefits of personality traits when facing workplace bullying. *Personality and Individual Differences, 177*. https://doi.org/10.1016/j.paid.2021.110849
Darwin, C. (1871/2009) *The descent of man and selection in relation to sex.* Volume 1. Cambridge University Press, New York. ISBN 978-1-108-00509-8.
Debusscher, J., Hofmans, J., & De Fruyt, F. (2016). Do personality states predict momentary task performance? The moderating role of personality variability. *Journal of Occupational and Organizational Psychology, 89*(2), 330-351. https://doi.org/10.1111/joop.12126
Decety, J., & Jackson, P. L. (2004). The functional architecture of human empathy. *Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews, 3*(2), 71-100. https://doi.org/10.1177/1534582304267187
Decety, J., & Jackson, P. L. (2006). A social-neuroscience perspective on empathy. *Current Directions in Psychological Science, 15*(2), 54–58. https://doi.org/10.1111/j.0963-7214.2006.00406.x
Del Giudice, M. (2014). An Evolutionary Life History Framework for Psychopathology. *Psychological Inquiry, 25*(3–4), 261–300. https://doi.org/10.1080/1047840X.2014.884918
Del Giudice, M., Ellis, B. J., & Shirtcliff, E. A. (2011) The adaptive calibration model of stress responsivity. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews. 35*(7), 1562-1592. ISSN 0149-7634. https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2010.11.007
Del Giudice, M., Gangestad, S. W., & Kaplan, H. S. (2015). Life history theory and evolutionary psychology. Em D. M. Buss (Ed.), *The handbook of evolutionary psychology – Vol 1*: Foundations (2nd ed.) (pp. 88-114). New York: Wiley. https://doi.org/10.1002/9781119125563.evpsych102
De Vries, R. E., Tybur, J. M., Pollet, T. V., & van Vugt, M. (2016). Evolution, situational affordances, and the HEXACO model of personality. *Evolution and Human Behavior, 37*(5), 407–421. https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2016.04.001
De Wit, F. R. C., Greer, L. L., & Jehn, K. A. (2012). The paradox of intragroup conflict: A meta-analysis. *Journal of Applied Psychology, 97*(2), 360–390. https://doi.org/10.1037/a0024844
DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review, 48*(2), 147-160. https://doi.org/10.2307/2095101

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *RAE - Revista de Administração de Empresas, 45*(2), 74-89. https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/37123
Dubar, R. I. M., (2018). The anatomy of friendship. *Trends in Congnitive Sciences, 22*(1). https://doi.org/10.1016/j.tics.2017.10.004
Durand, G. (2019a). Incremental Validity of the Durand Adaptive Psychopathic Traits Questionnaire Above Self Report Psychopathy Measures in Community Samples. *Journal of Personality Assessment , 101*(5). https://doi.org/10.1080/00223891.2018.1464456
Durand, G. (2019b). The Durand Adaptive Psychopathic Traits Questionnaire: Development and Validation. *Journal of Personality Assessment*, *101*(2). https://doi.org/10.1080/00223891.2017.1372443
Edwards, T., Coller Porta, X., & Rees, C. (2024). Difusión e isomorfismo en las organizaciones: El caso de las multinacionales. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas, 86*(1), 79–94. https://doi.org/10.5477/cis/reis.86.79
Ellis, B. J., Del Giudice, M., & Shirtcliff, E. A. (2013). Beyond allostatic load: The stress response system as a mechanism of conditional adaptation. Em T. P. Beauchaine & S. P. Hinshaw (Eds.), *Child and adolescent psychopathology* (2nd ed.) (pp. 251-284). New York: Wiley. https://marcodg.net/wp-content/uploads/2014/04/ellis_etal_2013_beyond_allostatic-load_chapter.pdf
Ellis, B. J., & Del Giudice, M. (2019) – Developmental adaptation to stress: an evolutionary perspective. *Annual Review of Psychology. 70*(1), 111-139. https://doi.org/10.1146/annurev-psych-122216-011732
Ene, I., Wong, K., & Salali, G. (2022). Is it good to be bad? An evolutionary analysis of the adaptive potential of psychopathic traits. *Evolutionary Human Sciences, 4*(37). https://doi.org/10.1017/ehs.2022.36
Farrington, D. P., Bergstrøm, H. (2022). The development of psychopathy through the lifespan and its relation to offending. *Psycopathy and Criminal Behavior: Current Trends and Challenges.* (1ª Ed, pp. 105-125). Academic Press. https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811419-3.00014-5
Fearon, R. M. P., & Roisman, G. I. (2017). Attachment theory: progress and future directions. *Current Opinion in Psychology, 15*. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.03.002
Figueredo, A. J., Gladden, P. R., & Beck, C. J. A. (2012). Intimate partner violence and life history strategy. Em T. K. Shackelford, & A. T. Goetz (eds), *The Oxford Handbook of Sexual Conflict in Humans*, Oxford Library of Psychology. Oxford Academic. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195396706.013.0005
Figueredo, A. J., Vasquez, G., Brumbach, B. H., Schneider, S. M. R., Sefcek, J. A., Tal, I. R., Hill, D., Wenner, C. J., & Jacobs, W. J. (2006) Consilience and life history theory: From genes to brain to reproductive strategy. *Developmental Review, 26*(2), 243−275. ISSN 0273-2297. https://doi.org/10.1016/j.dr.2006.02.002
Figueredo, A. J., Wolf, P. S. A., Olderbak, S. G., Gladden, P. R., Fernandes, H. B. F., Wenner, C., Hill, D., Andrzejczak, D. J., Sisco, M. M., Jacobs, W. J., Hohman, Z. J., Sefcek, J. A., Kruger, D., Howrigan, D. P., MacDonald, K., & Rushton, J. P. (2014). The psychometric assessment of human life history strategy: A meta-analytic construct validation. *Evolutionary Behavioral Sciences, 8*(3), 148–185. https://doi.org/10.1037/h0099837
Figueredo, A. J., & Salmon, C. A. (2022). Individual Differences in Sexual Psychology. Em T. K. Shackelford (Ed.), *The Cambridge Handbook of Evolutionary Perspectives on Sexual Psychology* (pp. 390–413). chapter, Cambridge: Cambridge University Press.
Fisher, R., & Ashkenazi, T. (2024). Sobre a necessidade de mais equilíbrio entre validade interna e ecológica na pesquisa em psicologia aplicada. *Interamerican Journal of Forensic Psychology, 1*(1), 90-94. https://seer.utp.br/index.php/IJFP/article/view/e202405
Frankenhuis, W. E., & Nettle, D. (2020). Current debates in human life history research. *Evolution and Human Behavior, 41*(6). https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2020.09.005
Friedman, R., & Olekalns, M. (2021). From shared climate to personal ecosystems: Why some people create unique environments. *Organizational Psychology Review, 11*(4), 365–389. https://doi.org/10.1177/20413866211013415
Fritzon, K., Brooks, N., & Croom, S. (2020) *Corporate psychopathy: investigating destructive personalities in the workplace*. Ed. Palgrave Macmillan. ISBN 978-3-030-27187-9 https://doi.org/10.1007/978-3-030-27188-6
Furnham, A., Richards, S. C., & Paulhus, D. L. (2013). The dark triad of personality: a 10 years review. *Social and Personality Psychology Compass, 7*(3), 199-216. https://doi.org/10.1111/spc3.12018
Gangestad, S. W., & Thornhill, R. (2008). Human oestrus. *Biological Sciences, 275*, 991–1000. https://doi.org/10.1098/rspb.2007.1425
Garland Jr, T., Downs, C. J., & Ives, A. R. (2021). Trade-offs (and constraints) in organismal biology. *Physiological and Biochemical Zoology, 95*(1). https://doi.org/10.1086/717897
Ge, Z., Zhang, Z., Lü, L., Zhou, T., & Xi, N. (2012) How altruism works: An evolutionary model of supply networks. *Physica A: Statistical Mechanics and its Applications, 391*(3), 647-655. https://doi.org/10.1016/j.physa.2011.08.063
Genzer, S., Ben Adiva, Y., & Perry, A. (2023). *Empathy: From perception to understanding and feeling others' emotions*. Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/9781009281072
Gilbert, R., Nichola, R., Redouan, B., Manrique, H. M., Andrea, F., Flóra, S., & Barclay, P. (2021). The benefits of being seen to help others: indirect reciprocity and reputation-based partner choice. *Philosophical Transactions of the Royal Society Biological Sciences, 376*. http://doi.org/10.1098/rstb.2020.0290
Gintis, H., Smith, E., & Bowles, S. (2001). Costly signaling and cooperation. *Journal of Theoretical Biology, 213*, 103–119. https://doi.org/10.1006/jtbi.2001.2406
Glowacki, L., & Lew-Levy, S. (2022). How small-scale societies achieve large-scale cooperation. *Current Opinion in Psychology, 44*, 44-48. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2021.08.026
Glenn, A. L., & Raine, A. (2009) Psychopathy and instrumental aggression: Evolutionary, neurobiological, and legal perspectives. *International Journal of Law and Psychiatry. 32*(4), 253-258, ISSN 0160-2527. https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2009.04.002
Glenn, L. G., Kurzban, R., & Raine, A. (2011) Evolutionary theory and psychopathy. *Aggression and Violent Behavior*, *16*(5), 371-380. https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.03.009

Golden, K. (1992). The individual and organizational culture: Strategies for action in highly-ordered contexts. *Journal of Management Studies, 29*(1), 1–21. https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.1992.tb00649.x
Grafen, A. (1990). Biological signals as handicaps. *Journal of Theoretical Biology, 144*, 517–546. https://doi.org/10.1016/S0022-5193(05)80088-8
Graham, E. K., & Lachman, M. E. (2014). Personality traits, facets and cognitive performance: Age differences in their relations. *Personality and Individual Differences, 59,* 89–95. https://doi.org/10.1016/j.paid.2013.11.011
Guan, K., Chen, Y., Zheng, W., Zeng, L., & Ye, H. (2022). Costly signals can facilitate cooperation and punishment in the prisoner's dilemma. *Physica A: Statistical Mechanics and its Applications, 605*. https://doi.org/10.1016/j.physa.2022.127997
Guenole, N. (2014). Maladaptive personality at work: exploring the darkness. *Industrial and Organizational Psychology, 7*(1), 85–97. https://doi.org/10.1111/iops.12114
Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: A social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, *108*(4), 814–834. https://doi.org/10.1037/0033-295x.108.4.814
Haidt, J. (2012). *The righteous mind: Why good people are divided by politics and religion.* Pantheon/Random House.
Hamilton, W. D. (1964). The genetical evolution of social behaviour. I. *Journal of Theoretical Biology, 7*(1), 1–16. https://doi.org/10.1016/0022-5193(64)90038-4
Hare, R.D. (1991). Psychopathy Checklist—Revised [Database record]. APA PsycTests. https://doi.org/10.1037/t01167-000
Hare, R. D. (1999). *Without conscience: The disturbing world of the psychopaths among us*. The Guilford Press.
Hare, R. D. (2003). The Hare Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R) (2nd ed.). Toronto, Ontario, Canada: Multi-Health Systems.
Hare, R. D. (2020). The PCL-R assessment of psychopathy. Em A. R. Felthous & H. Saß. (Eds) *The Wiley International Handbook on Psychopathic Disorders and the Law,* 63–106. Ed. John Wiley & Sons Ltd. https://doi.org/10.1002/9781119159322.ch4
Hare, R. D. (2022). Foreword. *Psycopathy and Criminal Behavior: Current Trends and Challenges.* (1ª Ed, xxix-xxxv). Academic Press. https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811419-3.00008-X
Hare, R. D., Neumann, C. S., & Widiger, T. A. (2012). Psychopathy. Em T. A. Widiger (Ed.), *The Oxford handbook of personality disorders* (pp. 478–504). Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199735013.013.0022
Harms, P. D., Landay, K., & Fezzey, T. (2024). *Explorations of the Shadow Realm: Examining the Role of Dark Personality in the Workplace*. Oxford University Press.
Henrich, J., & Muthukrishna, M. (2021). The origins and psychology of human cooperation. *Annual Review of Psychology, 72*, 207-240. https://doi.org/10.1146/annurev-psych-081920-042106
Hertler, S. C., Figueredo, A. J., Peñaherrera-Aguirre, M., Fernandes, H. B. F., Menie, M. A. W. of. (2018) *Life history evolution: a biological meta-theory for the social sciences*. 1st Edition. Palgrave MacMillan Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-90125-1
Hertler, S., Cabeza de Baca, T., Peñaherrera-Aguirre, M., Fernandes, H. B. F., & Figueredo, A. J. (2021). Life History Evolution Forms the Foundation of the Adverse Childhood Experience Pyramid. *Evolutionary Psychological Science, 8*, 89–104. https://doi.org/10.1007/s40806-021-00299-5
Heyes, C. (2018). Empathy is not in our genes. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews, 95,* 499-507. https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2018.11.001
Hunt, A. D., & Jaeggi, A. V. (2022). Specialised minds: extending adaptive explanations of personality to the evolution of psychopathology. *Evolutionary Human Sciences*, *4*(26). https://doi.org/10.1017/ehs.2022.23
Hyde, L. W., Waller, R., Trentacosta, C. J., Shaw, D. S., Neiderhiser, J. M., Ganiban, J. M., Reiss, D., & Leve, L. D. (2016). Heritable and nonheritable pathways to callous-unemotional behaviors. *American Journal of Psychiatry, 173*(9), 903–910. https://doi.org/10.1176/appi.ajp.2016.15111381
Jonason, P. K., Koenig, B. L., & Tost, J. (2010). Living a Fast Life. *Human Nature, 21*(4), 428–442. https://doi.org/10.1007/s12110-010-9102-4
Jurjako, M. (2019). Is psychopathy a harmful dysfunction? *Biology and Philosophy, 34*(1), 1–23. https://doi.org/10.1007/s10539-018- 9668- 5
Kahhale, I., Hanson, J. L., Raine, A., et al. (2024). Associations between subtypes of empathy and aggression in high-risk adolescents. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment, 46*, 62–75. https://doi.org/10.1007/s10862-023-10112-1
Karinen, A. K., Tybur, J. M., & de Vries, R. E. (2021). The disgust traits: self–other agreement in pathogen, sexual, and moral disgust sensitivity and their independence from HEXACO personality. *Emotion, 23*(1), 75–86. https://doi.org/10.1037/emo0000795
Keven, N. (2024). Can episodic memory deter cheating and promote altruism?. *Synthese, 203*(132). https://doi.org/10.1007/s11229-024-04560-9
Kim, W. C., & Mauborgne, R. (2005). *Blue ocean strategy: How to create uncontested market space and make the competition irrelevant* (1ª ed.). Harvard Business School Press.
King, A. J., Kosfeld, M., Dall, S. R. X., Greiner, B., Kameda, T., Khalmetski, K., Leininger, W., Wedekind, C., & Winterhalder, B. (2017). Exploitative Strategies. Em L. A. Giraldeau, P. Heeb, & M. Kosfeld (Eds), *Investors and Exploiters in Ecology and Economics: Principles and Applications*. Ed. Cambridge. MIT Press. https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262036122.003.0012
Klein, S. B. (2024). Consider the source: an examination of the effects of externally and internally generated content on memory. *Psychology of Consciousness: Theory, Research, and Practice, 11*(3), 311–323. https://doi.org/10.1037/cns0000339
Kowalski, C. M., Rogoza, R., Saklofske, D. H., & Schermer, J. A. (2021). Dark triads, tetrads, tents, and cores: why navigate (research) the jungle of dark personality models without a compass (criterion)?. *Acta Psychologica, 221*. https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2021.103455
Kramer, R. C. (1984). Corporate criminality: the development of an idea. In E. Hochstedler (Ed), *Corporation as Criminal* (pp. 13-37). Beverly Hills: Sage Publications.

Kranefeld, I. (2023). Psychopathy in positions of power: The moderating role of position power in the relation between psychopathic meanness and leadership outcomes. *Personality and Individual Differences, 200*. https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111916
Kroneisen, M. (2023). Context matters: The influence of the social situation on source memory. *Culture and Evolution, 20*(1), 111-123. https://doi.org/10.1556/2055.2023.00039
Krupp, D. B., Sewall, L. A., Lalumière, M. L., Sherif, C., & Harris, G. T. (2012). Nepotistic patterns of violent psychopathy: Evidence for adaptation? *Frontiers in Psychology*, *3*. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2012.00305.
Krupp, D. B., Sewall, L. A., Lalumière, M. L., Sheriff, C., & Harris, G. T. (2013) Psychopathy, adaptation and disorder. *Frontiers in Psychology, 4*(1). https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00139
Kuzma, E. L., Doliveira, S. L. D., & Silva, A. Q. (2017) Competências para a sustentabilidade organizacional: uma revisão sistemática. *Cadernos EBAPE BR, 15*(spe), 428-444. https://doi.org/10.1590/1679-395160726
Lacerda, L. P. de, Motta, R. G., & Santos, N. M. B. F. dos. (2019) Uma análise do crime corporativo de corrupção a partir da teoria dos custos de transação. *Revista Pensamento & Realidade, 34*(3), 78-91. https://doi.org/10.23925/2237-4418.2019v34i3p78-91
Lalumiere, M. L., Harris, G. T., Quinsey, V. L., & Rice, M. E. (2005). *The causes of rape: Understanding individual differences in male propensity for sexual aggression*. Washington, DC: American Psychological Association. https://doi.org/10.1037/10961-000
Lansing, J. S. (2003). Complex adaptive systems. *Annual Review of Antropology, 32*. https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.32.061002.093440
Larsen, R. J., & Buss, D. M. (2021) *Personality psychology: domains of knowledge about human nature*. McGraw Hill. 7th Ed. ISBN 978-1-260-57042-7
Larsen, R. R., McLaren, S. A., Griffiths, S., & Jalava, J. (2025). Do psychopathic persons lack empathy? An exploratory systematic review of empathy assessment and emotion recognition studies in Psychopathy Checklist samples. *Psychology, Public Policy, and Law, 31*(2), 115–133. https://doi.org/10.1037/law0000435
Laurijssen, L. M., Wisse, B., Sanders, S., & Sleebos, E. (2024). How to Neutralize Primary Psychopathic Leaders' Damaging Impact: Rules, Sanctions, and Transparency. *Journal of Business Ethics, 189*, 365–383. https://doi.org/10.1007/s10551-022-05303-x
LeBreton, J. M., Shiverdecker, L. K., & Grimaldi, E. M. (2018). The dark triad and workplace behavior. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 5*(1), 387–414. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-032117-104451
Levenson, M. R., Kiehl, K. A., & Fitzpatrick, C. M. (1995). Assessing psychopathic attributes in a noninstitutionalized population. *Journal of personality and social psychology*, *68*(1), 151–158. https://doi.org/10.1037//0022-3514.68.1.151
Levenson, R. W., & Ruef, A. M. (1992). Empathy: A physiological substrate. *Journal of Personality and Social Psychology, 63*(2), 234–246. https://doi.org/10.1037/0022-3514.63.2.234
Lilienfeld, S. O. (2022). Afterword—psychopathy: key unresolved questions. *Psycopathy and Criminal Behavior: Current Trends and Challenges* (1ª Ed, 483-489). Editora Academic Press. https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811419-3.00004-2
Lilienfeld, S. O., Watts, A. L., & Smith, S. F. (2015). Successful psychopathy: A scientific status report. *Current Directions in Psychological Science, 24*, 298–303. http://doi.org/10.1177/0963721415580297
Liu, Y., Zhou, B., Ouyang, Y., Yang, B., & Xie, Q. (2023). Development and validation of chinese form sort dark tetrad (C-SD4). *Heliyon, 9*(1), https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e12929
Luo, J., Zhang, B., Cao, M., & Roberts, B. W. (2023). The Stressful Personality: A Meta-Analytical Review of the Relation Between Personality and Stress. *Personality and Social Psychology Review*, *27*(2), 128-194. https://doi.org/10.1177/10888683221104002
Lynam, D. R., Miller, J. D., & Derefinko, K. J. (2018). Psychopathy and personality: An articulation of the benefits of a trait-based approach. Em C. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 259–280). New York, NY: Guildford Press.
Mackey, J. D., McAllister, C. P., Ellen, B. P., & Carson, J. E. (2019). A meta-analysis of interpersonal and organizational workplace deviance research. *Journal of Management, 47*(3), 597-622. https://doi.org/10.1177/0149206319862612
Mathieu, C., Hare, R. D., Jones, D. N., Babiak, P., & Neumann, C. S. (2013). Factor structure of the B-Scan 360: A measure of corporate psychopathy. *Psychological Assessment, 25*(1), 288–293. https://doi.org/10.1037/a0029262
Mathieu, C. (2022). Psychopathy and corporate crime. *Psycopathy and Criminal Behavior: Current Trends and Challenges (1ª Ed, 403-421). Academic Press*. https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811419-3.00010-8
Mathieu, J. E., Gallagher, P. T., Domingo, M. A., & Klock, E. A. (2018). Embracing Complexity: Reviewing the Past Decade of Team Effectiveness Research. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 6*(1). https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-012218-015106
Mathieu, J. E., Hollenbeck, J. R., van Knippenberg, D., & Ilgen, D. R. (2017). A century of work teams in the Journal of Applied Psychology. *Journal of Applied Psychology, 102*(3), 452–467. https://doi.org/10.1037/apl0000128
Maung, H. H. (2021) Psychopathic personalities and developmental systems. *Philosophical Psychology, 34*(4), 502-528, https://doi.org/10.1080/09515089.2021.1916453
McAndrew, F. T. (2002). New evolutionary perspectives on altruism: Multilevel-selection and costly-signaling theories. *Current Directions in Psychological Science, 11*, 79–82. https://doi.org/10.1111/1467-8721.00173
McCuish, E., Lussier, P., & Corrado, R. (2022). Psychopathy and sexual offending over the life course: An exploratory longitudinal investigation. *Psychopathy and Criminal Behavior: Current Trends and Challenges (1ª* Ed, 333-356). *Academic Press*. https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811419-3.00003-0
McDonald, R., Dodson, M. C., Rosenfield, D., & Jouriles, E. N. (2011). Effects of parenting intervention on features of psychopathy in children. *Journal of Abnormal Child Psychology, 39*(7), 1013–1023. https://doi.org/10.1007/s10802-011-9512-8

Meade, A. W., Pappalardo, G., Braddy, P. W., & Fleenor, J. W. (2018). Rapid response measurement: development of a faking-resistant assessment method for personality. *Organizational Research Methods, 23*(1), 181-207. https://doi.org/10.1177/1094428118795295
Mealey, L. (1995). The sociobiology of sociopathy: An integrated evolutionary model. *The Behavioral and Brain Sciences, 18*, 523–599. https://doi.org/10.1017/S0140525X00039595
Mealey, L., Daood, C., & Krage, M. (1996). Enhanced memory for faces of cheaters. *Ethology and Sociobiology, 17*, 119–128. https://doi.org/10.1016/0162-3095(95)00131-X
Međedović, J. (2025). Reproductive ecology of dark personalities: Dark Tetrad traits, criminal career, and fertility. *Personality and Individual Differences, 233*. https://doi.org/10.1016/j.paid.2024.112883
Međedović, J., Bulut, T., Savić, D., & Đuričić, N. (2018). Delineating psychopathy from cognitive empathy: The case of Psychopathic Personality Traits Scale. *European Journal of Analytic Philosophy, 14*(1), 53–62. https://doi.org/10.31820/ejap.14.1.3
Medeiros, C. R. de O., & Silveira, R. A. da, (2017) Organizações que matam: uma reflexão a respeito dos crimes corporativos. *Organizações & Sociedade, 24*(80). https://doi.org/10.1590/1984-9230802
Melis, A.P., & Raihani, N.J. (2023). The cognitive challenges of cooperation in human and nonhuman animals. *Nature Reviews Psychology, 2*, 523–536. https://doi.org/10.1038/s44159-023-00207-7
Miller, G. F. (2007). Sexual selection for moral virtues. *Quarterly Review of Biology, 82*, 97–125. https://doi.org/10.1086/517857
Mokros, A., Hare, R. D., Neumann, C. S., Santtila, P., Habermeyer, E., & Nitschke, J. (2015). Variants of psychopathy in adult male offenders: A latent profile analysis. *Journal of Abnormal Psychology*, *124*(2), 372–386. https://doi.org/10.1037/abn0000042.
Morgan, G. (2011). Reflections on Images of Organization and Its Implications for Organization and Environment. *Organization & Environment*, *24*(4), 459-478. https://doi.org/10.1177/1086026611434274
Moro, S. F., Portella, I., & Ferrari, F. J. (2019) Lavagem de dinheiro e suas gerações. *Relações Internacionais no Mundo Atual, 4*(25). http://dx.doi.org/10.21902/Revrima.v4i25.3950
Moshagen, M., Zettler, I., & Hilbig, B. E. (2020). Measuring the dark core of personality. *Psychological Assessment, 32*(2), 182–196. https://doi.org/10.1037/pas0000778
Mozzato, A. R., & Grybovski, D. (2013) Abordagem crítica nos estudos organizacionais: concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. *CADERNOS EPABE.BR FGV, 11*(4), 503-519, https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000400003
Mullins-Nelson, J. L., Salekin, R. T., & Leistico, A.-M. R. (2006). Psychopathy, empathy, and perspective-taking ability in a community sample: Implications for the successful psychopathy concept. *International Journal of Forensic Mental Health, 5*(2), 133–149. https://doi.org/10.1080/14999013.2006.10471238
Murphy, B. A., & Lilienfeld, S. O. (2019). Are self-report cognitive empathy ratings valid proxies for cognitive empathy ability? Negligible meta-analytic relations with behavioral task performance. *Psychological Assessment, 31*(8), 1062–1072. https://doi.org/10.1037/pas0000732
Nentjes, L., Garofalo, C., & Kosson, D. S. (2022). Emotional functioning in psychopathy: A critical review and integration with general emotion theories. *Psychopathy and Criminal Behavior.* https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811419-3.00006-6
Neves, L. de L., & Maciel, S. de A. (2022) Teoria geral dos sistemas (tgs): uma revisão sistemática dos cursos stricto sensu brasileiros. *Encontro Internacional De Gestão, Desenvolvimento E Inovação (EIGEDIN), 6*(1). https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/16854
Nowak, M. A. (2006). Five Rules for the Evolution of Cooperation. *Science, 314*,1560-1563. https://doi.org/10.1126/science.1133755
Nyberg, D. (2021). Corporations, Politics, and Democracy: Corporate political activities as political corruption. *Organization Theory, 2*(1). https://doi.org/10.1177/2631787720982618
Nowakowski, K. (2022). Concept of psychopathic positive-adjustment traits: a brief review of theory and research. *Annals of Psychology, 25*(3), https://doi.org/10.18290/rpsych2022.0011
Oda, R., & Matsumoto-Oda, A. (2022). Hexaco, dark triad and altruism in daily life*. Personality and individual differences*, *185*. https://doi.org/10.1016/j.paid.2021.111303
O'Donovan, J., Wagner, H. F., & Zeume, S. (2019) The value of offshore secrets: evidence from panama papers. *The Review of Financial Studies, 32*(11), 4117–4155. https://doi.org/10.1093/rfs/hhz017
Olding, A. (1985). Reductionism and natural selection*. Synthese, 65*(3), 407–410. https://doi.org/10.1007/BF00485491
Oliveira, J. P. de, & Portela, L. O. V. (2006) A cidade como um sistema: reflexões sobre a teoria geral de sistemas aplicada à análise urbana. *Perspectivas Contemporâneas, 1*(2). https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/376
Oliveira, C. R. de (2019). Crimes corporativos: o espectro do genocídio ronda o mundo. *Revista de administração de empresas FGV EAESP, 59*(6). http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020190610
Oliveira, C. R. de, & Silveira, R. A. da. (2021). Um ensaio sobre crimes corporativos na perspectiva pós-colonial: Desafiando a literatura tradicional. *Revista de Administração Contemporânea*, *25*(4). https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021190144.por
Openhaim, E. W., Amram, Y., & Glicksohn, J. (2024). Empathy and the Dark Triad: A difference of 180 degrees. *Journal of Individual Differences, 45*(3), 176–184. https://doi.org/10.1027/1614-0001/a000422
Palmen, D., Kolthoff, E. W., & Derksen, J. (2021). The need for domination in psychopathic leadership: A clarification for the estimated high prevalence of psychopathic leaders. *Aggression and Violent Behavior, 61*. https://doi.org/10.1016/j.avb.2021.101650
Parker, G. A., & Smith, J. M. (1990). Optimality theory in evolutionary biology. *Nature, 348*(6296), 27–33. https://doi.org/10.1038/348027a0
Paulhus, D. L. (2014). Toward a Taxonomy of Dark Personalities. *Current Directions in Psychological Science*, *23*(6), 421-426. https://doi.org/10.1177/0963721414547737
Pazhouhi, S., Garza, R., & Pazhoohi, F. (2024). Association of life history strategy and mate retention behavior in men and women. *Personality and Individual Differences, 225*. https://doi.org/10.1016/j.paid.2024.112685

Penke, L., Denissen, J. J. A., & Miller, G. F. (2007). The evolutionary genetics of personality. *European Journal of Personality*, *21*(5), 549-587. https://doi.org/10.1002/per.629
Penke, L., & Jokela, M. (2016). The evolutionary genetics of personality revisited. *Current Opinion in Psychology, 7*, 104–109. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.08
Pfattheicher, S., Nielsen, Y. A., & Hielmann, I. (2022). Prosocial behavior and altruism: A review of concepts and definitions. *Current Opinion in Psychology, 44*, 124-129. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2021.08.021
Pinel, P. (1801/1962). *A treatise on insanity*. *History of medicine series*. 14. New York Academy of Medicine. Hafner Publishing Company. Original work published in 1801.
Pires, J. G., Nunes, C. H. S. da S., Nunes, M. F. O., & Roettgers, C. (2024). Consistência no Ranqueamento dos Traços de Personalidade ao Longo do Tempo. *Psicologia: Teoria E Pesquisa, 40*. https://doi.org/10.1590/0102.3772e40301.pt
Pitchford, I. (2001). The origins of violence: Is psychopathy an adaptation? *Human Nature Review*, *1*, 28–36.
Preckel, K., Kanske, P., & Singer, T. (2018). On the interaction of social affect and cognition: Empathy, compassion and theory of mind. *Current Opinion in Behavioral Sciences, 19*, 1–6. https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2017.07.010
Puente-Palacios, K. E., Porto, J. B., Martins, M. C. F. (2016). A emersão na articulação de níveis em psicologia organizacional e do trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 16*(4), 358-366. https://doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12603
Pullman, L. E., Refaie, N., Lalumière, M. L., & Krupp, D. B. (2021). Is psychopathy a mental disorder or an adaptation? evidence from a meta-analysis of the association between psychopathy and handedness. *Evolutionary Psychology, 19*(4). https://doi.org/10.1177/14747049211040447
Raine, A., Chen, F. R., & Waller, R. (2022). The cognitive, affective and somatic empathy scales for adults. *Personality and Individual Differences, 185*. https://doi.org/10.1016/j.paid.2021.111238
Ribeiro, R., Guedes, I. S., & Cruz, J. N. (2019). White-collar offenders vs. common offenders: A comparative study on personality traits and self-control. *Crime, Law and Social Change, 72*(5), 607–622. https://doi.org/10.1007/s10611-019-09844-7
Rauthmann, J. F., & Sherman, R. A. (2023). Patterned person-situation fit in daily life: Examining magnitudes, stabilities, and correlates of trait-situation and state-situation fit. *European Journal of Personality*, *37*(5), 501-523. https://doi.org/10.1177/08902070221104636
Rijnders, R. J. P., Terburg, D., Bos, P. A., Kempes, M. M., & van Honk, J. (2021). Unzipping empathy in psychopathy: Empathy and facial affect processing in psychopaths. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews, 131*, 1116–1126. https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2021.10.020
Rodrigues, A. M. M., Barker, J. L., & Robinson, E. J. H. (2023). The evolution of intergroup cooperationPhil. *Philosophical Transations of The Royal Society Biological Sciences, 378*. http://doi.org/10.1098/rstb.2022.0074
Rodríguez, J. M. A., Riquelme, A. A. A., & Fernández, M. E. P. (2018). Análisis psicométrico de la escala de psicopatía de Levenson. *Psicopatología Clínica, Legal y Forense*, *18,* 134-151. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7165690
Rowe, D. C. (1995). Evolution, mating efort, and crime. *Behavioral and Brain Sciences*, *18*, 573-574. https://doi.org/10.1017/S0140525X00039959
Santos, A. C. C. dos, & Alvares, L. M. A. de R., (2022) Bases biológico-cultural da linguagem: um olhar sobre o indivíduo, o nicho e a linguagem nas organizações. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, 11*, 1-14. http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v11i0.81119
Santos, G. N., Lima-Costa, A. R., Otoni, F., Veiga, H. M. D. S., Peres, R. S., Azevedo, A. V., Antunes, M. C., Bonfá-Araujo, B., & Cortez, P. A. (2023). Unveiling empathy: transforming child neurodisability in the brazilian context of poverty and violence. *Developmental Medicine and Child Neurology, 66*(4), 541–542. https://doi.org/10.1111/dmcn.15784
Sellbom, M., Lilienfeld, S. O., Fowler, K. A., & McCrary, K. L. (2018). The self-report assessment of psychopathy: Problems, pitfalls, and promises. Em C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopath* (pp. 211–258). 2nd. Edition. New York, NY: The Guilford Press.
Silva Junior, M., Barbosa, L., & de Souza, M. L. R. S. (2024). Teoria da história de vida: uma perspectiva evolucionista para a compreensão do desenvolvimento humano. *Psicologia USP, 35*. https://doi.org/10.1590/0103-6564e230050
Silva, D. R., Rijo, D., Salekin, R. T. (2015) The evolutionary roots of psychopathy. *Aggression and Violent Behaviour*, *21,* 85-96. https://doi.org/10.1016/j.avb.2015.01.006
Silverio, S. A., Lyons, M. T., & Burton, S. P. (2023). Dangerously Intelligent: A Call for Re-Evaluating Psychopathy Using Perceptions of Intelligence. *Journal of Intelligence*, *11*(2), 25. https://doi.org/10.3390/jintelligence11020025
Sinclair, S., Beamer, K., Hack, T. F., McClement, S., Raffin Bouchal, S., Chochinov, H. M., & Hagen, N. A. (2016). Sympathy, empathy, and compassion: A grounded theory study of palliative care patients' understandings. *Palliative Medicine, 31*(5), 437–447. https://doi.org/10.1177/0269216316663499
Singer, T., & Klimecki, O. M. (2014). Empathy and compassion. *Current Biology, 24*(18), R875–R878. https://doi.org/10.1016/j.cub.2014.06.054
Smirnov, O. (2025). High cost of survival promotes the evolution of cooperation. *Games*, *16*(1), 4. https://doi.org/10.3390/g16010004
Smith, J. M. (1982) *Evolution and the theory of games*. Cambridge University Press. 1st Ed. https://doi.org/10.1017/CBO9780511806292
Simpson, J. A. (1999). Attachment theory in modern evolutionary perspective. Em J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 115–140). The Guilford Press.
Sober, E., & Wilson, D. S. (2011). Adaptation and natural selection revisited. *Journal of Evolutionary Biology*, *24*(2), 462–468. https://doi.org/10.1111/j.1420-9101.2010.02162.x

Sodré, R. J. M. (2018). Sobre corruptos, corrompidos e culpados: relatos de servidores públicos sobre práticas de corrupção. *Revista De Contabilidade E Organizações*, *11*(31), 21-30. https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134465
Spash, C. L. (2022). Conservation in conflict: Corporations, capitalism and sustainable development. *Biological Conservation, 269*. https://doi.org/10.1016/j.biocon.2022.109528
Sutherland, E. H. (1940) White-collar criminality. *American Sociological Review. 5*(1), 1-12. https://doi.org/10.2307/2083937
Swedberg, R. (2014) *Theorizing in Social Science: the context of discovery*. Ed. Stanford University Press. Stanford, California.
Tamatea, A.J. (2022). Humanising Psychopathy, or What It Means to Be Diagnosed as a Psychopath: Stigma, Disempowerment, and Scientifically-Sanctioned Alienation. In: Malatesti, L., McMillan, J., Šustar, P. (eds) *Psychopathy. History, Philosophy and Theory of the Life Sciences*, vol 27. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-82454-9_3
Tjosvold, D., Wong, A. S. H., & Feng Chen, N. Y. (2014). Constructively Managing Conflicts in Organizations. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 1*(1), 545–568. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-031413-091306
Tramacere, A., & Mafessoni, F. (2024). Cognitive twists: The coevolution of learning and genes in human cognition. *Review of Philosophy and Psychology, 15*(1), 189–217. https://doi.org/10.1007/s13164-022-00670-w
Trivers, R. L. (1971). The evolution of reciprocal altruism. *The Quarterly Review of Biology, 46*(1), 35–57. https://doi.org/10.1086/406755
Valle, U. (2017). Racionalização e monetarização: Categorias da globalização. *Caderno CRH, 30*(80), 315-332. https://doi.org/10.9771/ccrh.v30i80.20048
Vallette d'Osia, A., & Meier, L. L. (2024). Empathy in the workplace: Disentangling affective from cognitive empathy. *Occupational Health Science, 8*, 883–904. https://doi.org/10.1007/s41542-024-00197-9
Vecchio, F. B., & Manke Vieira, D. (2020). Compliance Tributário e o Crime de Lavagem de Dinheiro: Análise Legal das Medidas Éticas e Sancionatórias*. J² - Jornal Jurídico, 2*(2), 17–30. https://doi.org/10.29073/j2.v2i2.220
Veller, C., Haig, D., & Nowak, M. A. (2016). The Trivers–Willard hypothesis: sex ratio or investment? *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences, 283*. https://doi.org/10.1098/rspb.2016.0126
Von Bertalanffy, L. (1968) *General System Theory: fundations, development, applications*. George Braziller.
Von Bertalanffy, L. (1972). The History and Status of General Systems Theory. *The Academy of Management Journal*, *15*(4), 407–426. https://doi.org/10.2307/255139
Waal, F. B. M. de. (2005). *Our inner ape: a leading primatologist explains why we are who we are*. Riverhead Books. Press by Penguin Books Ltd.
Wallace, L., Cunningham, C., & Fido, D. (2024). *Successful Psychopathy Predicts Variation in Ambition and Motivations for Life Success*. Oxford University. https://doi.org/10.31234/osf.io/mp7u3
Weber, M. (1930/2013) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Tradução: M. Moraes). Marin Claret.
Wedekind, C. (2000). Cooperation Through Image Scoring in Humans. *Science, 288*(5467), 850–852. https://doi.org/10.1126/science.288.5467.8
Wegrzyn, M., Vogt, M., Kireclioglu, B., Schneider, J., & Kissler, J. (2017). Mapping the emotional face. How individual face parts contribute to successful emotion recognition. *PLOS ONE, 12*(5). https://doi.org/10.1371/journal.pone.0177239
Williams, G. C. (1966). *Adaptation and natural selection*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
Wilson, K., Demetriof, S., & Porter, S. (2008). A pawn by any other name? Social information processing as a function of psychopathic traits. *Journal of Research in Personality*, *42*, 1651–1656. https://doi.org/10.1016/j.jrp.2008.07.006
Wilson, E. O. (2000). *Sociobiology: the new synthesis - 25th anniversary edition*. Harvard University.
Woo, S. E., Hofmans, J., Wille, B., & Tay, L. (2024) Person-centred modeling: techniques for studying associations between people rather than variables. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 11*(1), 453–80. https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-orgpsych-110721-045646
Yamamoto, M.E. (2019). Cooperation from an Evolutionary Perspective. Em S. Koller (Eds.), *Psychology in Brazil*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-11336-0_18
Yamamoto, M. E., & Valentova, J. V. (2018). *Manual de psicologia evolucionista*. EDUFRN. https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26065
Yu, C.-L., & Chou, T.-L. (2018). A dual route model of empathy: A neurobiological prospective. *Frontiers in Psychology, 9*. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.02212
Yunus, M., & Sijabat, F. N. (2021). A Review On Blue Ocean Strategy Effect On Competitive Advantage And Firm Performance. *Academy of Strategic Management Journal, 20*(1), 1–10. https://www.abacademies.org/articles/a-review-on-blue-ocean-strategy-effect-on-competitive-advantage-and-firm-performance-10115.html
Xia, C., Wang, J., Perc, M., & Wang, Z. (2023) Reputation and reciprocity. *Physics of Life Reviews, 46*, 8-45. https://doi.org/10.1016/j.plrev.2023.05.002
Xu, Y., Norton, S., & Rahman, Q. (2018). Early life conditions, reproductive and sexuality-related life history outcomes among human males: a systematic review and meta-analysis. *Evolution and Human Behavior, 39*, 40–51. https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2017.08.005
Wegrzyn, M., Vogt, M., Kireclioglu, B., Schneider, J., & Kissler, J. (2017). Mapping the emotional face. how individual face parts contribute to successful emotion recognition. *PLoS ONE, 12*(5). https://doi.org/10.1371/journal.pone.0177239
White, D., & Burton, A.M. (2022). Individual differences and the multidimensional nature of face perception. *Nature Reviews Psychology, 1*, 287–300. https://doi.org/10.1038/s44159-022-00041-3

Wilmer, J. B. (2017). Individual Differences in Face Recognition: A Decade of Discovery. *Current Directions in Psychological Science*, *26*(3), 225-230. https://doi.org/10.1177/0963721417710693
Wu, J., Li, L., & Lin, T. (2024). Corporate altruism, dual innovation and competitive advantage. *Finance Research Letters, 68*. https://doi.org/10.1016/j.frl.2024.105985
Yang, A., Zhu, N., Lu, H. J., & Chang, L. (2022). Environmental risks, life history strategy, and developmental psychology. *PsyCh Journal, 11*(4), 433-447. https://doi.org/10.1002/pchj.561
Zagaria, A., Andò, A., & Zennaro, A. (2021). Toward a cultural evolutionary psychology: Why the evolutionary approach does not imply reductionism or determinism. *Integrative Psychological and Behavioral Science, 55*(2), 225–249. https://doi.org/10.1007/s12124-021-09613-z
Zahavi, A. (1977). The cost of honesty. *Journal of Theoretical Biology, 67*(3), 603–605. https://doi.org/10.1016/0022-5193(77)90061-3
Zeigler-Hill, V., & Young, G. R. (2024). An Evolutionary Perspective on Psychopathy. Em L. Al-Shawaf & T. K. Shackelford (Eds.), *The Oxford Handbook of Evolution and the Emotions* (Oxford Academic). https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780197544754.013.64

Contribuição:
Rodrigo Prado Pereira: conceituação, investigação, metodologia, administração do projeto, Redação do manuscrito original.
Pedro Afonso Cortez: conceituação, investigação, metodologia, supervisão, Redação - revisão e edição.

Conflitos de interesse:
Os autores declaram a inexistência de conflitos de interesse na realização e na comunicação dessa pesquisa.

Recebido: 22 de abril de 2025
Revisado: 13 de maio de 2025
Aceito: 13 de maio de 2025
Publicado: 6 de julho de 2025